

**Análises feministas:
outro olhar sobre a
economia e a ecologia**

CADERNOS SEMPREVIVA

Uma publicação da SOF - Sempreviva Organização Feminista

Série Economia e Feminismo

1. Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: Crítica à Sociedade de Mercado (2007)
2. Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres (2010)
3. Análises feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia (2012)

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania

1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)
8. A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista (2003)
9. Desafios do Livre Mercado para o Feminismo (2005)

Série Saúde e Direitos Reprodutivos

1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

SOF Sempreviva Organização Feminista

S586t Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia / Nalu Faria (org.), Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2012. 104p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 3)

ISBN 978-85-86548-21-5

1. Economia Feminista 2. Ecofeminismo 3. Cuidados
4. Política Pública I.Título

CDU – 330

cadernos sempreviva

Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia

Organizadoras

**Nalu Faria
Renata Moreno**

São Paulo
2012



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

SOF Sempre Viva Organização Feminista

Diretoria

Táli Pires de Almeida

Presidente

Marilane Oliveira Teixeira

Vice-presidente

Maria Luiza da Costa

1ª Tesoureira

Beatriz Costa Barbosa

2ª Tesoureira

Vera Lúcia Ubaldino Machado

1ª Secretária

Denise Gomide Carvalho

2ª Secretária

Conselho Fiscal

Alice Mitika Koshiyama

Ângela das Graças Oliveira Santos

Eliana Gonçalves

Jorge Kayano - *suplente*

Composição da Equipe

Equipe Técnica

Nalu Faria - *Coordenadora Geral*

Miriam Nobre

Sonia Maria C. G. Orellana

Neide Yamaguchi

Maria Fernanda P. Marcelino

Renata Moreno

Maysa Mourão Miguel

Selma Aparecida Gomes

Equipe Administrativa

Laís Sales Costa

Gerente Administrativa

Andréia do Nascimento Pereira

Elaine Campos Bruno

Rosimar Pereira Barbosa

Apoio e Manutenção

Antônio Pinheiro Maciel Filho

Rua Ministro Costa e Silva, 36

Pinheiros - CEP 05417-080

São Paulo SP - Brasil

Tel/fax: (011) 3819 3876

correio eletrônico: sof@sof.org.br

<http://www.sof.org.br>

Edição

Contravia Comunicação

Editoração: Denis Oliveira

Capa: Denis Oliveira

Impressão

BC Gráfica

Tiragem: 1.500 exemplares

Apoio

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Uso Não-Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7
A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida	
<i>Antonella Picchio</i>	13
Pesquisa de gênero e pesquisa feminista	14
Trabalho Total: a ampliação do ciclo de renda, os sujeitos e as linhas de tensões	16
Anjos do ecossistema?	
<i>Alicia H. Puleo</i>	29
A ética do cuidado e os direitos humanos da terceira geração: a paz e um meio ambiente saudável	30
O desenvolvimento insustentável visto pelas pensadoras e ativistas do Sul	36
Além do antropocentrismo extremo	41
Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico	
<i>Amaia Pérez Orozco</i>	51
A sustentabilidade da vida no centro: necessidade e trabalho de cuidados	53
A crise dos cuidados e a reorganização do iceberg socioeconômico	63
O desfecho reacionário da crise	78
Retomando ideias: o debate desde novas coordenadas	84

APRESENTAÇÃO

Esta edição dos Cadernos SempreViva reúne análises feministas sobre a economia e a ecologia que contribuem para subsidiar nossas elaborações e processos de luta pela transformação do modelo de (re)produção e consumo.

A necessidade de um novo paradigma de sustentabilidade da vida é parte das reflexões, debates e propostas políticas que a SOF elabora a partir dos acúmulos da economia feminista. Esta proposta encontra terreno fértil em uma conjuntura marcada pela crise que se manifesta na economia, com profundas repercussões na questão ecológica e dos cuidados.

Para refletir sobre a organização social e econômica tendo essa perspectiva, conforme nos apresentou Cristina Carrasco, é preciso centrar a análise na forma como cada sociedade resolve seus problemas de sustentação da vida. Ou seja, compreender o conjunto de processos necessários para a produção do viver e para a satisfação das necessidades humanas. Muitos destes processos são ocultados nas análises econômicas clássicas e desconsiderados na formulação de políticas públicas. Não por acaso, são justamente os processos pelos quais as mulheres são historicamente responsáveis, em decorrência da divisão sexual do trabalho.

Este é o assunto abordado no primeiro texto deste Caderno. Antonella Picchio retoma tarefas e desafios da economia feminista, buscando transformar o enfoque analítico da teoria econômica. Sua análise apresenta um olhar sobre as dimensões do trabalho remunerado e não remunerado, e propõe estabelecer o vínculo entre o processo de reprodução social das pessoas e o processo de produção de mercadorias. Dar a conhecer este vínculo é fundamental para que a teoria econômica seja capaz de ter uma análise sobre o conjunto de processos que sustentam o modelo.

A análise da reprodução social não é necessária apenas porque

nessa esfera se reproduz a força de trabalho para a produção capitalista, mas porque este conjunto de tarefas cumpre com funções centrais para garantir o bem estar da população em geral. O enfoque proposto por Antonella foi debatido no Seminário Internacional que a SOF realizou em 2012. Nessa ocasião, a economista trouxe reflexões importantes sobre a necessidade de um olhar ampliado sobre o trabalho e as condições de vida, e também sobre os desafios que permanecem presentes no debate sobre o trabalho doméstico e de cuidados.

Um deles é a necessidade de considerar os cuidados necessários para o conjunto da população, e não apenas para pessoas dependentes seja pela idade (crianças e idosos), seja por motivos de doença. A teoria econômica clássica e o mercado, de forma geral, desconsidera as necessidades humanas, ao desconsiderar a história, relações e os corpos vulneráveis dos indivíduos que atuam no mercado. Ao trazer a dimensão da vulnerabilidade de todos os homens e mulheres que sobrevivem na sociedade capitalista, organizada com centralidade no mercado de trabalho assalariado, a economia feminista contribui para reposicionar a urgência das análises sobre a reprodução social. E, mais ainda, para dar visibilidade à necessidade de cuidados que o conjunto da sociedade demanda, mas cuja realização tem, historicamente, reforçado e reproduzido as desigualdades entre homens e mulheres.

Compreender a complexidade da satisfação das necessidades humanas e das relações envolvidas neste processo é central para analisar e combater as desigualdades entre homens e mulheres que estruturam o sistema capitalista e patriarcal. Com essa perspectiva, a economia feminista vai além de uma simples inclusão da perspectiva de gênero nos marcos teóricos pré-estabelecidos. Ela questiona os pressupostos androcêntricos que sustentam a teoria econômica hegemônica, e reside aí o potencial político e o caráter transformador que a economia feminista apresenta ao propor transformações tanto na teoria econômica quanto na realidade da desigualdade.

No segundo texto, “Anjos do Ecossistema?”, Alicia Puleo aborda as contribuições das mulheres para a questão ecológica, dimensão que adquiriu centralidade para se pensar e propor um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana. Sem

pretender esgotar a análise sobre todas as vertentes e propostas do ecofeminismo, a filósofa feminista recupera aspectos desta corrente de pensamento e ação política que contribuem para enfrentar os desafios da crise ecológica.

Ela situa a relação das mulheres com o meio ambiente nos marcos da construção social da ética do cuidado. Dessa forma, desloca este debate do essencialismo característico de algumas visões sobre a luta política empreendida por mulheres em defesa da natureza especialmente no Sul. Apresenta, assim, as possibilidades de um ecofeminismo que questiona as estruturas do atual modelo de (re)produção e consumo, em diálogo com a crítica e resistência à expansão da mercantilização sobre a vida. Isso significa compreender o papel estratégico das lutas e práticas das mulheres na construção de um outro modelo que não esteja baseada no crescimento ilimitado. São as lutas por soberania alimentar, as práticas de resistência da agroecologia historicamente conduzidas por mulheres, a politização da relação com o corpo pelo feminismo como construção da autonomia das mulheres, e a centralidade do cuidado com a vida e a natureza como perspectiva capaz de garantir outro paradigma de sustentabilidade da vida.

O terceiro texto volta o olhar, novamente, para a economia. O artigo de Amaia Perez Orozco foi escrito no contexto do debate sobre a “Lei de promoção da autonomia pessoal e atenção às pessoas em situação de dependência”, na Espanha. As reflexões das economistas feministas sobre a crise dos cuidados tem contribuído para posicionar esta questão nos debates gerais sobre a crise naquele país, onde seus desdobramentos significaram maior desemprego, cortes nos gastos públicos e sobrecarga de trabalho não remunerado das mulheres. Amaia aponta a crise dos cuidados como central para a reorganização do sistema econômico, em uma perspectiva que considera as relações e os processos de produção do viver que garantem as condições de uma vida que vale a pena ser vivida. Para isso, nem a economia nem a análise econômica devem estar centradas apenas nos processos do mercado.

Ela vai além das relações entre a esfera da produção e a da reprodução, que equivalem ao monetário e ao não monetário, em uma busca por diluir as fronteiras e dicotomias que organizam o

pensamento econômico. Para isso, propõe uma definição ampliada de trabalho de cuidados que vai além do trabalho doméstico e entrelaça as dimensões materiais com as dimensões afetivorelacionais.

Essa discussão é oportuna no momento em que se faz necessário aprofundar a reflexão sobre o que é trabalho, em especial em sua relação com o debate sobre a sexualidade. A proposta de se olhar para um contínuo sexo-atenção-cuidados, trazida por Amaia, retoma um debate necessário sobre a sexualidade dentro de relações patriarcais. Esta reflexão crítica supõe considerar a complexidade das relações envolvidas, e compreender que a sexualidade tem múltiplas dimensões, passando pelo desejo, pela relação com o corpo e com as representações sociais, inclusive a construção social e histórica do erotismo. E, ainda que haja imposições masculinas em se tratando de um casamento patriarcal, por exemplo, as mulheres também podem ser ativas na sexualidade, sem que o sexo seja reduzido às obrigações matrimoniais. Já no terreno de expansão da mercantilização sobre o corpo e a vida, esta discussão nos leva ao desafio de retomar uma visão politizada e crítica sobre a sexualidade, questionando sua banalização e a redução de práticas como a prostituição a um trabalho como qualquer outro, movido por uma racionalidade econômica.

O olhar sobre o tema do cuidado a partir da economia complementa a abordagem sociológica que marcou a edição anterior dos Cadernos Sempreviva. A apropriação das ferramentas analíticas das diferentes disciplinas é um subsídio para que as sínteses no movimento de mulheres contribuam para enfrentar os desafios das configurações atuais da divisão sexual do trabalho. Entre eles está a legitimação do trabalho doméstico remunerado como desejável na sociedade na medida em que se garantam os direitos das trabalhadoras. A luta pela garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas está na ordem do dia no Brasil. Mas o fato de essa ser a principal ocupação feminina no Brasil nos coloca o desafio de pensar que mercado de trabalho e que organização do trabalho doméstico e de cuidados queremos. Isso porque a manutenção desta estrutura significa que está vigente em nossa sociedade um modelo que resolve de forma privada, no interior das famílias, a satisfação das necessidades humanas, seja através da conciliação entre os trabalhos

pelas mulheres, seja pela delegação a outras mulheres. Em ambos casos, não há uma alteração no compartilhamento deste trabalho com os homens, nem com o Estado e a sociedade de forma geral.

Além disso, esta realidade nos coloca outra questão, abordada no texto de Amaia, que são as desigualdades e diferenças entre as próprias mulheres. Para essa reflexão, nos apoiamos também na definição da consubstancialidade das relações de raça, classe e gênero, que nos permite elaborar análises e propostas políticas que incidam sobre o conjunto das desigualdades que estruturam o atual sistema capitalista, patriarcal, racista e destruidor da natureza.

A sustentabilidade da vida aparece como um conceito importante para superar as dicotomias analíticas, mas também como uma aposta política capaz de analisar e visibilizar os processos de produção do viver, mais do que seus resultados sociais e econômicos. Esta perspectiva nos permite ampliar o olhar sobre a complexidade das relações entre homens e mulheres e as formas como a opressão se reproduz e se reinventa. Ao mesmo tempo, ao recuperar a experiência histórica das mulheres na produção do viver, seja no cuidado das pessoas, seja na relação harmoniosa com a natureza, recoloca no horizonte a possibilidade de uma reorganização da sociedade centrada na satisfação das necessidades de homens e mulheres, o que pressupõe relações de igualdade, liberdade e autonomia.

NALU FARIA
RENATA MORENO

A ECONOMIA POLITICA E A PESQUISA SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA*

Antonella Picchio

Introdução

Em primeiro lugar, devo dizer que o que mais me chama a atenção como economista feminista não é tanto o problema de onde as mulheres estão localizadas na hierarquia acadêmica, e sim a capacidade que elas têm para transformar as visões e as perspectivas teóricas, e para elaborar as ferramentas apropriadas para abordar temas cruciais no mundo real em que vivemos. São questões muitas vezes descartadas pelas análises sociais que adotam um sujeito masculino (geralmente branco, europeu e de classe média) como ponto de referência para definir o que se considera “normal”.

O poder e a autoridade necessários para conseguir estabelecer mudanças nas abordagens analíticas requerem uma valorização da experiência e da capacidade das mulheres em diversos níveis, tanto dentro como fora do âmbito acadêmico. A capacidade de contribuir na elaboração de perspectivas e ferramentas cognitivas, na realidade, não está submetida à presença as mulheres nos níveis hierárquicos superiores. Depende mais de suas oportunidades para identificar questões fundamentais e abordá-las de forma inovadora, e também de sua capacidade para formular e utilizar os instrumentos analíticos adequados. A eficácia em conseguir mudanças depende da capacidade de interpretar a natureza e a dinâmica dos processos sociais, e para reconhecer os sujeitos que atuam nestes processos. A identificação dos sujeitos das mudanças e das novas perspectivas geralmente não acontece dentro das instituições científicas. A comunicação entre quem está dentro e quem está fora das instituições acadêmicas e de pesquisa não se dá automaticamente, mas mediante

* Este texto foi publicado em Cairó e Mayordomo (Orgs.) Por una economia sobre la vida. Icaria, 2005. Agradecemos a autora sua autorização para publicação nos Cadernos Sempreviva. Traduzido por Marli de Fátima Aguiar.

a perplexidade e o processo de se maravilhar, que revelam os vazios cognitivos e induzem a sugerir novos interrogantes e a encontrar novas explicações. As mudanças no campo do conhecimento exigem modificações nas relações de poder entre disciplinas, escolas, pesquisadoras/es, cursos e hierarquias; tais modificações afetam o poder e, em especial, o conceito de autoridade e de especialista, indispensáveis para encontrar opções convincentes às normas dominantes pré-estabelecidas. Esta interação social, relativa ao sentido do conhecimento em todos os níveis, é um processo contínuo mesmo quando suas etapas não possam ser rastreadas passo a passo. Tem repercussões sobre as questões colocadas e sobre a avaliação dos resultados finais, não como um controle ideológico de segunda ordem, mas como uma busca compartilhada de sentido, uma busca enraizada na memória, nas idéias, na imaginação e na maioria das relações sociais de poder.

Pesquisa de gênero e pesquisa feminista

No que diz respeito à pesquisa das mulheres e/ou à pesquisa sobre as mulheres, sou da opinião de que, atualmente, a distinção entre análise feminista e análise “de gênero” se baseia em uma capacidade diferente de introduzir novas abordagens e propor novos interrogantes. Isso não representa necessariamente um conflito entre as economistas feministas e as economistas que pesquisam sobre gênero, e sim uma distinção nos campos de referência, ainda que no processo de “fazer pesquisa” se possa chegar a certas tensões sobre as maneiras, lugares, sujeitos e fins de tal pesquisa.

Alguns temas centrais para a economia feminista são: a metodologia (Ferber e Nelson, 1993, Van Staveren, 2001), o trabalho total, remunerado e não remunerado (Dalla Costa, 1973; Carrasco, 1999; Folbre, 1994, Himmelweit, 2000; Picchio, 1992, 2003), desenvolvimento e globalização (Boserup, 1970; Beneria, 2003), ou a política (Albelda e Withorn, 2002; Elson e Cagatay, 2000)¹. Não

¹ O principal meio de difusão da pesquisa desenvolvida pela economia feminista é a revista *Feminist Economics* publicada pela Routledge para a International Association for Feminist Economics (IAFFE) desde 1990.

existe uma linguagem analítica comum para analisar estas temáticas, porém, existe uma prática compartilhada no sentido de valorizar as experiências das mulheres como sujeitos de transformação. Sua experiência também é tomada como base para desvendar alguns aspectos fundamentais do sistema econômico, freqüentemente ocultos ou marginalizados. A economia de gênero, na minha opinião, geralmente enfrenta a difícil tarefa de descrever as desigualdades que existem entre mulheres e homens dentro de um marco analítico pré-estabelecido, sem questionar a forma como tal marco teórico explica as desigualdades. Desenhar uma linha divisória entre a análise de gênero e a análise feminista não é fácil nem automático. Na prática, depende de uma política de conhecimento que não pode ser especificada simplesmente através de uma visão ideológica, e que implica uma nova forma de se aproximar das causas, da linguagem analítica e das questões relacionadas com a vida de mulheres e homens.

O pensamento e a ação política feministas estabeleceram um eixo de pesquisa novo e consistente, centrado no corpo, na mente, nas relações e nas responsabilidades, (Braidótti, 1994; Dalla Costa, 1972; Pateman, 1988). O indivíduo possui um corpo que é sexual e capaz de paixões e auto-reflexão. Todo corpo está necessariamente em relação com outros corpos, e, portanto, outras mentes, em um contexto marcado pelo espaço físico e pelas memórias baseadas em experiências de vida, pensamentos e relações sociais; o tempo é articulado pelos ritmos individuais e sociais de vida. Homens e mulheres, em sua experiência de vida própria e específica, não podem sobreviver se não estiverem envolvidos em uma rede de relações sociais, utilizando fundamentos simbólicos e normas sociais que expressem o sentido e a estrutura destas relações.

Minha tarefa, como economista feminista, se desenvolve no ponto de contato entre as vidas, como processo individual e social, e as condições de trabalho, no processo de produção de mercadorias. Trata-se de identificar relações funcionais, tensões profundas e forças dinâmicas que relacionem a produção de mercadorias para a obtenção de lucros e a reprodução social das pessoas. Nesta tarefa tomo como base, por um lado, a história do pensamento econômico que permite recuperar visões e ferramentas relativas à complexidade dos sistemas econômicos. Por outro lado,

reinterpreto estas ferramentas econômicas à luz de novas reflexões sobre o individual e sobre as relações do indivíduo com a sociedade, apoiada na introdução de um sujeito político-feminista.

Antes de apresentar minha modesta tentativa de modificar o enfoque e os instrumentos analíticos destinados a compreender o sistema econômico, gostaria de fazer alguns esclarecimentos sobre os lugares onde encontrei a capacidade de formular o pensamento econômico e sobre os sujeitos que me deram ferramentas para o desenvolvimento de perspectivas e conceitos inovadores.

No campo da economia, a maioria das inovações sobre a abordagem vem de mulheres que pertencem a instituições não acadêmicas ou a instituições acadêmicas vinculadas aos movimentos feministas, organizações não-governamentais e instituições internacionais. No meu caso, por exemplo, a inspiração para construir espaços autônomos de pensamento econômico, útil para a pesquisa acadêmica, veio de minha militância no movimento feminista, dos encontros com mulheres que trabalhavam em organizações não governamentais em torno do tema do desenvolvimento e do processo preparatório da Conferência da ONU sobre as Mulheres, em Beijing.

Trabalho total: a ampliação do ciclo de renda, os sujeitos e as linhas de tensões

Durante alguns anos, minha pesquisa se centrou no problema de definir e situar o processo de reprodução social da população na visão do sistema econômico, conservando a multidimensionalidade e a complexidade inerente a este processo que conforma as vidas de homens e mulheres, situados em contextos sociais historicamente estabelecidos. Meu esforço tende a mostrar a crescente tensão entre o significado de produzir mercadorias para o mercado e o de reproduzir pessoas, definidas em sua totalidade por corpos, mentes e relações.

Esta tensão, que tem efeitos destrutivos sobre as relações entre homens e mulheres, e entre gerações diferentes, se insere na esfera primitiva e íntima, mas continua sendo parte da mesma estrutura do sistema capitalista. A tensão é fundamentada na natureza do mercado de trabalho assalariado, que constitui uma forma histórica

particular de intercâmbio de trabalho e meios de subsistência². Normalmente, se apresenta no âmbito analítico uma separação entre a esfera pública e mercantil e a esfera doméstica e reprodutiva. Isso serve para ocultar esta tensão e para descarregar nas mulheres a responsabilidade sobre a qualidade de vida. Esta carga é cada vez mais insustentável e as mulheres estão cada vez menos dispostas a assumi-la. A questão das condições sustentáveis da vida deve, portanto, ser considerada e colocada em uma dimensão de partilha e de responsabilidades: as individuais, para si mesmo e para com os demais, as sociais e as institucionais. Para isso, é necessário ampliar a visão do sistema econômico, aprofundar-se na sua estrutura e lançar a luz sobre a rede de responsabilidades que incidem sobre os níveis de vida. Especialmente por razões de eficiência, e não somente de justiça, é necessário centrar a análise sobre os diferentes níveis de vida dos setores da população que produzem o que Adam Smith chama de “necessidades e comodidades da vida” em sua Introdução sobre a Riqueza das Nações (Smith, 1976).

Para obter sucesso na modificação do enfoque analítico e centrá-lo sobre o processo de reprodução social, é preciso encontrar ferramentas de análise adequadas e ajustá-las de tal modo que não estejam sujeitas ao reducionismo inerente à tradição teórica excessivamente materialista e mecanicista. O esforço consiste precisamente em situar o processo de reprodução social da população trabalhadora em relação ao processo de produção de bens, um tema central na análise dinâmica dos economistas clássicos. No entanto, isto deve ser feito sem alterar a priori a complexa natureza humana (incluindo a materialidade), para adaptar a análise à necessidade de utilizar a população trabalhadora como um meio de produção, e de legitimar a distribuição injusta da renda no sistema capitalista.

Para esclarecer o conceito, utilizo um exemplo. Uma coisa

² Seguindo a tradição da teoria social da economia política clássica, desde Petty até Marx, entendo por subsistência um estado de níveis de vida sustentáveis. No caso do trabalho assalariado, o indicador utilizado para identificar essa condição tem sido um conjunto de mercadorias convencionalmente consideradas necessárias para a reprodução da população trabalhadora. O conceito de subsistência como custo normal da reprodução da mão de obra foi estabelecido por esses autores como a base da teoria do salário (Picchio, 1992, pp. 8-29).

é dizer que não há recursos suficientes para garantir aos idosos uma vida digna e outra coisa é definir os idosos como pessoas com capacidades inferiores para obter dignidade e decência. A primeira afirmação apresenta a questão da produção de recursos e sua distribuição, enquanto que a segunda reduz o problema a uma perspectiva social cínica, que pode se caracterizar como racismo. A primeira afirmação convida a assumir responsabilidades e, com um esforço de imaginação coletiva, a produzir recursos e distribuí-los melhor, adaptando estes recursos às necessidades e conveniências das pessoas. A segunda reduz o sentido de humanidade de amplos setores da população e relega as adaptações aos dramas individuais e familiares.

As condições de uma vida sustentável não podem ser definidas de forma abstrata. Elas requerem especificação do contexto e do ponto de vista histórico. Na minha opinião, uma abordagem baseada na experiência das mulheres tende a permitir um alcance maior da perspectiva e da análise minuciosa das condições de vida, devido a sua prática cotidiana de cuidar de corpos, paixões e relações. Seu ponto de vista, além do mais, revela a profunda vulnerabilidade dos sujeitos “fortes”, isto é, dos homens adultos (brancos, europeus e de classe média) considerados normalmente como o modelo social. Trata-se de utilizar esta percepção de vulnerabilidade, adquirida em um âmbito de intimidade, como fonte de sabedoria e de imaginação coletiva.

Como economista, meu problema é o de formular uma visão do sistema econômico capaz de abarcar o processo de reprodução social da população, e em particular, do setor da população que consegue acessar a subsistência, direta ou indiretamente, por meio de um “salário” (Picchio, 1992)³. O processo de reprodução requer mercadorias e, portanto, o trabalho assalariado necessário para produzi-las. Porém, também necessita do trabalho não remunerado para transformá-las em seu uso efetivo. Por exemplo, o trabalho necessário para cozinhar alimentos, lavar roupa, limpar a casa. A parte deste trabalho “doméstico” que não recebe uma retribuição

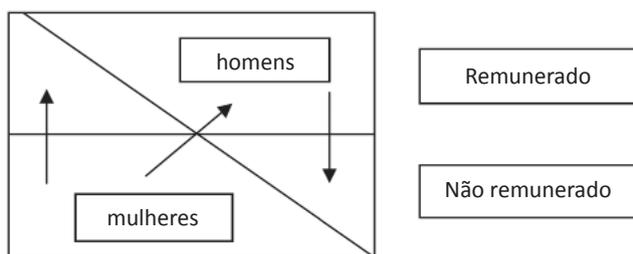
³ Entendo o termo salário em um sentido amplo, que inclui toda a renda proveniente do emprego diretamente intercambiado por uma recompensa monetária.

monetária (a maior parte), é geralmente ignorada na análise do sistema econômico e nos sistemas das contas nacionais. Além disso, o processo de reprodução social, relativo à reprodução de pessoas e não de objetos, requer também do trabalho de cuidar dos corpos, das emoções e das relações⁴. Este trabalho também é invisível quando não é remunerado.

Para prosseguir de maneira concisa, utilizarei duas figuras que permitem mostrar a abordagem das relações sistemáticas entre o processo de produção de bens para o mercado e o processo de reprodução da população, em especial da população economicamente ativa⁵.

A primeira figura mostra uma representação empírica do trabalho total, remunerado e não remunerado, realizado em 14 países industrializados e baseado em dados de pesquisas sobre o uso do tempo realizado pelos institutos de estatísticas de cada país.

Figura 1. Trabalho (remunerado e não remunerado) de mulheres e homens



Fonte: PNUD, Relatório sobre Desenvolvimento Humano, 1995.

Esta imagem do trabalho total, publicada na capa do Relatório sobre Desenvolvimento Humano, editado pelo PNUD em 1995,

⁴ A distinção entre trabalho doméstico e atenção é puramente convencional e estatística, dado que a pessoa também cuida de si mesmo ao lavar (corpos e coisas) e ao cozinhar.

⁵ Utilizei estas figuras em diversos trabalhos, aos quais sugiro consultar em caso de buscar um tratamento mais aprofundado, em especial Picchio, 2000, 2003.

permite enfatizar que: 1) a quantidade de trabalho de reprodução social não remunerado (doméstico e de cuidados a outros) é superior ao total do trabalho remunerado de homens e mulheres, 2) a distribuição sexual do trabalho (remunerado e não remunerado) apresenta disparidades muito fortes e comuns a todos os países.

Enquanto o segundo resultado era o esperado de acordo com uma experiência comum, a relação entre trabalho não remunerado e trabalho remunerado –maior que um– é surpreendente e mostra uma faceta do sistema econômico que em termos quantitativos é muito relevante, ainda que seja com frequência ignorada ou considerada marginal.

A maior consciência da magnitude do trabalho de reprodução tem levado a pesquisar as relações que vinculam estes tipos diferentes de trabalho. Isso pode ser feito comparando o trabalho remunerado com o trabalho não remunerado de homens e mulheres em separado, como normalmente se fazem nas políticas de igualdade de oportunidade de gênero. Nesta perspectiva, tendo como objetivo a igualdade, procura-se modificar o eixo diagonal, de modo que as mulheres realizem mais trabalho remunerado e os homens mais trabalho não remunerado. Mas, na minha opinião, a maneira mais fácil de ler esses dados é comparar o total de trabalho não remunerado das mulheres com o agregado do trabalho remunerado dos homens. Dessa forma, é possível perceber o papel de apoio desempenhado pelo trabalho doméstico e cuidados realizado pelas mulheres, mantendo os homens dentro do mercado de trabalho. Esta função requer uma quantidade considerável de trabalho necessário para colocar os homens em condições de trabalhar e de enfrentar as horas, a intensidade, as ansiedades a tensão física do trabalho remunerado. A partir desta perspectiva, se vê com clareza que a mulher que faz o trabalho de reprodução não estará em condições, por sua vez, de lidar com as condições do mercado trabalho formal. Primeiro porque ela suporta uma carga maior de trabalho total, e, segundo, porque ela não recebe o bastante de trabalho doméstico, nem de cuidados. Neste sentido, para que as políticas de igualdade de oportunidades sejam efetivas, elas teriam que promover uma mudança nas relações e nas regras fundamentais que estruturam o mercado de trabalho, em termos de horários,

lugares, salários, estresse e segurança. Isso significa uma mudança na própria estrutura do sistema capitalista.

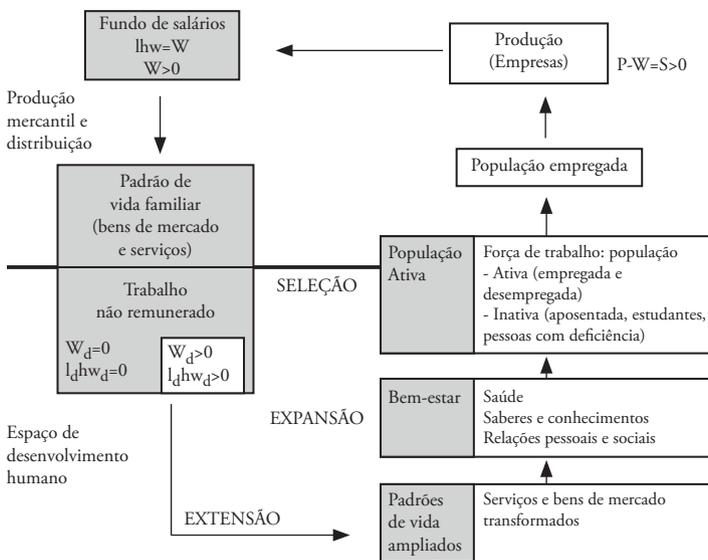
Também fica claro que a reconciliação entre os níveis de vida e as condições do trabalho remunerado não é uma questão das mulheres, mas um problema do sistema de produção, que é marcado por uma profunda tensão entre o processo de produção de bens para o lucro e o processo de reprodução social da população ativa para ganhar a vida. Não só devemos lidar com os problemas de conciliar o tempo das mulheres, mas também com o problema mais amplo e profundo que é mostrar a necessidade de insegurança endêmica no acesso aos meios de subsistência por meio do trabalho assalariado, como elemento indispensável para gerenciar o mercado de trabalho.

Já no final do século XVII, Petty percebeu esta necessidade como chave para o controle do trabalho assalariado, e isso foi reafirmado por Smith e Ricardo ainda antes que Marx o enfatizasse. O salário foi visto por estes autores como o custo normal da reprodução social da população ativa (geralmente indicado em alimentos) e o lucro foi definido como o excedente entre a produção e o consumo necessários para a produção de bens (isto é, capital) constituído em primeira instância para a subsistência dos trabalhadores. Neste marco analítico, a principal tensão estrutural é claramente identificada no conflito entre o lucro e os níveis de vida da população ativa. A ambivalência da categoria “salários”, que envolve tanto a renda como o custo, os meios de produção e meios de subsistência, complica substancialmente a teoria de preços relativos e de distribuição da renda. Esta ambivalência localiza-se, portanto, no núcleo teórico fundamental, incidindo sobre seus métodos e categorias (Picchio, 2002-2004). Uma coisa é certa, não se pode considerar um tema sobre mulheres meramente marginal.

A segunda figura permite visualizar o processo da reprodução social do trabalho e seu vínculo funcional com o processo de produção de mercadorias. Esta figura ilustra o ciclo da produção e distribuição da renda, como um fluxo circular que reproduz as condições da produção de bens para o mercado e as condições da reprodução da população ativa para o mercado de trabalho. Ao considerar este fluxo de renda sobre os processos analisados pelos manuais de economia (produção, distribuição e troca de mercado-

rias), foi incorporado outro processo, o da reprodução social dos trabalhadores e das trabalhadoras. A complexidade e a densidade deste tema tem tradicionalmente levado os economistas a evitá-lo em suas pesquisas, não apenas delegando a análise necessária e detalhada para outras disciplinas (história, antropologia, sociologia), mas também eliminando este processo desde a perspectiva do sistema econômico. De tal forma, alguns aspectos essenciais do mercado de trabalho e, por tanto, do sistema capitalista sustentado no mercado, foram ocultados.

Figura 2. Fluxo do padrão de vida estendido



P =produto nacional; W =renda salarial (fundo de salário); S =excedente; 1 =força de trabalho; h =horas trabalhadas; w =salário hora; l_d =força de trabalho doméstico; w_d =salário doméstico.

Na figura 2, o fluxo circular da renda, geralmente apresentado como um círculo virtuoso de troca de mercadorias entre as famílias

e empresas⁶, é ampliado para incluir o processo de reprodução, e, portanto, o trabalho doméstico e os cuidados desenvolvidos no âmbito familiar.

O círculo ampliado distingue claramente três funções econômicas desenvolvidas no âmbito familiar⁷: 1) a *extensão* do salário real (um pacote de bens) em consumo real, quer dizer, comida cozida, roupas limpas etc.; 2) a *expansão* do consumo em bem-estar, entendido segundo o enfoque proposto por Amartya Sen y Martha Nussbaum, como um conjunto de capacidades humanas e funcionalidades efetivas na esfera social (Sen,1985; Nussbaum, 2000); 3) o apoio prestado pela família no processo de seleção dos segmentos da população e das capacidades individuais para serem usadas como capital humano no processo de produção de bens e serviços na economia de mercado. Esta última função esta se tornando paulatinamente mais onerosa para o desenvolvimento de um mercado de trabalho em que o aparelho que regula o acesso ao salário funciona, cada vez com maior intervalo e maior seletividade. Por um lado, são utilizadas cada vez mais capacidades humanas mais refinadas, como a imaginação, as redes sociais e a confiança. Por outro lado, a precariedade e a intensidade das energias pessoais estão aumentando. Neste contexto, a tensão entre as condições de vida e a produção de bens tende a aumentar, mesmo quando esta tensão é internalizada pelas ansiedades individuais e conflitos familiares.

No transcurso do meu trabalho, apresentado aqui de modo esquemático, me movimento por múltiplos eixos analíticos, geralmente deixados de lado. O primeiro é o da teoria clássica do salário e da distribuição, segundo a perspectiva do excedente (Quesnay,

⁶ As empresas compram a mercadoria do trabalho e geralmente vendem bens, as famílias vendem trabalho e compram bens.

⁷ Em um estudo encomendado recentemente pelo CNEL sobre “Trabalho não remunerado e nível de vida”, se calculou uma renda ampliada atribuindo ao trabalho não remunerado um valor monetário e utilizando, com técnicas microeconômicas, os dados da “Investigación sobre ingresos y riqueza familiar» (Addabbo y Caiumi, 2003 . Neste trabalho demos um valor monetário ao trabalho domestico não pago, pelo qual esse agregado pode ser positivo e visível em um. De fato, se é dado um salário positivo ao trabalho doméstico, Ldwd também se torna positivo, conforme mostra a figura.

Smith, Ricardo, Marx). O segundo é o de dar visibilidade, tanto analítica como empiricamente, ao processo de reprodução social da população ativa, ressaltando o trabalho não remunerado. O terceiro está representado pelo uso de uma definição de níveis de vida como um estado de bem-estar multidimensional, de acordo com o conceito de desenvolvimento humano⁸. Os três eixos fornecem ferramentas que são úteis para analisar as questões sobre as condições de vida em vários níveis: micro, macro e empírico. Estes níveis não podem ser integrados imediatamente, e meu trabalho atual gira em torno de definir um modo de calibrar as ferramentas necessárias para verificar sua compatibilidade. Em poucas palavras poderia dizer que a teoria clássica sobre o salário permite situar o tema da reprodução social da população ativa no centro da teoria do valor, distribuição e preços relativos; o exame baseado na experiência e na observação do trabalho não remunerado fornece as condições de compreender suas dimensões reais e identificar a reprodução como um processo real; finalmente, a perspectiva do desenvolvimento humano contribui para concretizar as condições de vida em termos multidimensionais e multidisciplinares. Constitui-se, assim, em um poderoso antídoto contra o reducionismo econômico, ao mesmo tempo em que conduz à história do pensamento econômico e às origens filosóficas da economia política. Não obstante, este fio condutor analítico conduz a uma melhor compreensão dos processos de reprodução social e a formação das capacidades individuais, contribuindo para evidenciar as tensões e conflitos contidos neste sistema econômico, em que o acesso à subsistência de boa parte da população está mediado pelo salário. Esta forma de acesso à subsistência conduz a uma mortificação sistemática do sentido da vida, tanto individual como social, encarando-a na dimensão do “capital humano”.

Assim que uma perspectiva seja identificada como capaz de conter, no mesmo ponto de vista, o processo de produção de bens e de reprodução social da população; as condições de vida e condições de produção; as instituições fundamentais (família, Estado e mercado); a economia monetarizada e a não monetarizada; e o trabalho total

⁸ Para uma distinção útil entre as diversas contribuições que convergem no enfoque do desenvolvimento humano, ver Fukuda-Parr, 2003.

(remunerado e não remunerado), poderemos começar a analisar a questão das desigualdades entre homens e mulheres, visível em suas dimensões macroscópicas precisamente no ponto de conexão entre as condições de vida e as condições de trabalho.

Sem dúvida, o nível macro, agregado e social que caracteriza esta perspectiva “clássica” sobre a riqueza social, não converge muito com a dimensão individual da vida, que é sempre uma prática específica e estritamente pessoal. No entanto, a reprodução social da vida cotidiana constitui um aspecto fundamental do sistema econômico. Se a normalidade apresenta problemas de sustentabilidade social, é precisamente nas vidas dos indivíduos que se descarregam essas tensões profundas; as pessoas são levadas a níveis de emergência e vulnerabilidade permanentes, que têm efeitos desoladores sobre as relações pessoais íntimas.

Os aspectos materiais e dialéticos envolvidos na qualidade de vida da população ativa dentro de um sistema capitalista baseado no trabalho assalariado aparecem em toda a sua complexidade quando o foco da perspectiva analítica se concentra também no cuidado das pessoas. A partir da intensidade desta experiência e da possibilidade de compreender as múltiplas dimensões do indivíduo, homem ou mulher, e da relação destes com a sociedade, pode-se entender a profundidade, as tensões e os pontos de ruptura de outro modo invisível, pois eles têm sido relegado à esferas privadas, mantidos, separados e descarregados sobre as mulheres.

Referências Bibliográficas

ADDABBO, Tindara; CAIUMI, Antonella. Extended income estimation and income inequality by gender. In PICCHIO, Antonella. (org.), *Unpaid Work and the Economy: a gender analysis of the standards of living*. Londres: Routledge, 2003.

ALBELDA, Randy; WITHORN, Ann (orgs.) *Lost Ground: Welfare Reform, Poverty and Beyond*. Boston: South End Press, 2002.

BENERIA, Lourdes. *Gender, Development and Globalization: Economics as if People Mattered*. Londres: Routledge, 2003.

BOSERUP, Esther. *Women's Role in Economic Development*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1970.

BRAIDOTTI, Rosi. *Nomadic Subjects*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1994.

CARRASCO, Cristina (org.) *Mujeres y economía*. Barcelona: Icaria, 1999.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1972.

ELSON, Diane; CAGATAY, Nilufer. The social content of macroeconomic policies, *World development*, 2002, vol. 28, n.7, pp.147-64.

FERBER, Marianne; NELSON, Julie (orgs.) *Beyond Economic Man*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

FOLBRE, Nancy. *Who pays for the Kids*. Londres: Routledge, 1994.

FUKUDA-PARR, Sakiko. The Human Development Paradigm: operationalizing Sen's ideas on capabilities. *Feminist Economics*, vol. 9, n 2-3, pp. 301-317, 2003.

HIMMELWEIT, Susan. Inside the Household: from Labour to Care. Basingstoke: Macmillan, 2000.

NUSSBAUM, Martha. Women and Human Development. The Capabilities Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PATEMAN, Carole. The Sexual Contract. Cambridge: Polity Press, 1988.

PICCHIO, Antonella. Social Reproduction: the political economy of the labour market, Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____ Wages as a reflection of socially embedded production and reproduction processes. In: CLARKE, Linda; DE GIJSEL, Peter; JANSSEN, Jorn (orgs.) The Dynamics of Wage Relations in the New Europe. Boston: Kluwer Academic, 2000.

_____ Sostenibilidad, equidad y crecimiento: una perspectiva feminista. IN: DUBOIS, Alfonso; MILLÁN, Juan Luis; ROCA, Jordi (coords.) Capitalismo, desigualdades y degradación ambiental, Barcelona: Icaria, 2001a.

_____ Un enfoque macroeconómico ampliado de las condiciones de vida. In: CARRASCO, Cristina (org.) Tiempos, trabajos y género. Barcelona: Publicaciones de UB, 2001b.

_____ A macroeconomic approach to an extended standard of living. In: PICCHIO, Antonella (org.) Unpaid Work and the Economy: a gender analysis of the standards of living. Londres: Routledge, 2003.

_____ Hay, carrots, bread and roses: subsistence and surplus wages in Sraffa's paper. In: GEHRKE, C; CICCONE, R; MONGIOVI, G (orgs.) Sraffa and Modern Economics. Londres: Routledge, 2004.

SEN, Amartya. *Commodities and Capabilities*. Amsterdam: North Holland, 1995. SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Oxford: Oxford University Press, 1976 [1776]

STAVEREN, Irene. *The Values of Economics. An Aristotelian Perspective*. Londres: Routledge, 2001.

ANJOS DO ECOSISTEMA?*

Alicia H. Puleo

Vivemos numa época de crise ecológica. Começamos a perceber no dia-a-dia o que os ecologistas já anunciaram há algumas décadas: a insustentabilidade do atual modelo de civilização. Trata-se de um problema gravíssimo com diversas causas e facetas: o consumismo descontrolado que move o sistema econômico, a desigualdade Norte-Sul, a indiferença com as condições de vida das futuras gerações, o crescimento contínuo da população mundial, o uso ineficiente dos recursos e uma cultura que nos ensina a nos relacionar com a natureza “como um velho senhor feudal com suas posses”¹.

O interesse que as questões ambientais despertam em muitas mulheres gerou a ideia de que o sexo feminino poderia ter uma tendência ou capacidade particular para agir contra essa crise ecológica. A ecofeminista australiana Val Plumwood (1993) afirma que a crença em uma natureza benfeitora inata das mulheres seria um retorno ao velho estereótipo vitoriano do “anjo do lar”, convertido agora em “anjos do ecossistema”. Para a filósofa Célia Amorós (1997), desta forma se exigiria um trabalho a mais para as oprimidas - o de serem salvadoras de um planeta em perigo. Outras pensadoras², não sem razão, têm ressaltado o perigo de assumir que se trata de um impulso natural, o que reduziria o valor

* Traduzido por Marli de Fátima Aguiar. A primeira versão deste trabalho foi publicada com o título “Anjos do Ecossistema?” no número 40 da revista *Medi Ambient, Tecnología i Cultura*, monográfico *Dones i medi ambient*, outubro de 2007, Generalitat de Catalunya, Departament de Medi Ambient i Habitatge. Agradecemos à autora sua autorização para a publicação nos *Cadernos Sempre Viva*.

¹ Olabe, Antxon, “Una casa Común con dos grietas”, *El Correo de Bilbao*, 12 de febrero, 2001.

² *Feminas*, Maria Luisa; Sparado, Maria Cristina, “Ecopasividad o Ecofeminismo?”, em Cavana, Maria Luisa, Puleo, Alicia, Segura, Cristina, *Mujer y Ecología*. *História, Pensamiento, Sociedad*, Ed Almudayna, Madrid, 2004, pp. 233-242.

moral da conduta das mulheres comprometidas com a defesa do meio ambiente. Como sabemos, a tradição filosófica considera ato virtuoso aquele que não vem marcado por genes, mas sim que é resultado de uma escolha livre envolvida na razão e na vontade. Para evitar os “deveres naturais” colocados, temos de começar, então, a observar que nem toda mulher manifesta preocupação com a causa ambiental, e que a sensibilidade e a empatia, consideradas como qualidades tipicamente femininas, são atributos que muitas mulheres não possuem. Por outro lado, como um antídoto para a conhecida instrumentalização das mulheres em prol das boas causas, sempre julgada mais importante que seus próprios direitos, devemos recordar que não convém abandonar as reivindicações de igualdade entre sexos, ainda que nos interesse particularmente a questão ecológica.

Nestas linhas, vou analisar o que considero contribuições importantes do coletivo feminino ao pensamento e à prática ecológica, observando as condições especiais, materiais e simbólicas, que as geram. Farei referência à relação entre a ética do cuidado, à preocupação pela paz e pelo meio ambiente saudável, à crítica ao modelo de desenvolvimento insustentável e à proposta apresentada para superar o antropocentrismo extremo através da universalização de virtudes que, historicamente, têm sido consideradas como próprias das mulheres. Farei isso dando particular importância às várias teorias ecofeministas que dão às mulheres o papel de sujeitos ativos da ecologia.

A ética do cuidado e os direitos humanos da terceira geração: a paz e um meio ambiente saudável

Na década de oitenta do século passado, a ética como disciplina filosófica foi sacudida por um profundo debate sobre seu viés de gênero. Carol Gilligan e outras pensadoras iniciaram uma crítica à hierarquização tradicional, que via as virtudes do cuidado, da compreensão e da atenção a outros dependentes como formas elementares e inferiores da moral. Reagindo à classificação dos níveis da moralidade de Kohlberg, que coloca o coletivo feminino em um nível de subdesenvolvimento ético, a obra de Gilligan sobre

as atitudes de homens e mulheres mostrava diferenças em seu pensamento ético. Apoiando-se em estudos empíricos, *In a Different Voice*, tratava de distinguir uma forma própria a cada sexo na solução dos dilemas morais. Resultou significativo que, questionada sobre como definiria “moral”, uma entrevistada respondeu: “É parte de uma visão autocrítica, sobre como estou passando meu tempo e em que estou trabalhando. Acredito que tenho um verdadeiro dom, um autêntico dom maternal de cuidar de alguém... cuidar da minha mãe, cuidar das crianças, cuidar do mundo”. Ao mesmo tempo, um jovem dizia: “A moral é uma prescrição. Para mim, justiça e moral são essenciais para criar um tipo de ambiente, a interação entre as pessoas que é indispensável para alcançar a maior parte das metas individuais. Se não queremos que outros intervenham naquilo que estamos buscando alcançar, temos de jogar este jogo” (Gilligan, 1985: 163-164). A autora mostra que existem duas formas de pensamento moral que são complementares. Para ela, os homens tendem a utilizar normas e a entendê-las como regras de um jogo, que devem ser seguidas para que o campo de ação de cada indivíduo seja respeitado em termos de igualdade e liberdade. Já as mulheres pareciam pensar atendendo mais às particularidades concretas do contexto e se sentindo responsáveis pelo cuidado de seu entorno humano e não humano. Independentemente dos intensos debates, ainda abertos, que geraram estas teses, pode-se dizer que foram muito férteis, pois abriram um amplo campo de compreensão sobre certas práticas femininas tradicionais, que no marco contemporâneo se traduzem de formas inéditas. Uma destas formas é a preocupação com o meio ambiente.

A epistemologia feminista não demorou em analisar a visão científica hegemônica do mundo e a contrastá-la com a atitude de algumas pesquisadoras como a de Barbara McClintock, que através da afinidade, e não da separação, com relação a seu objeto de estudo, conseguiu os descobrimentos genéticos que a fizeram digna do prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina. Violentar e torturar a natureza para que ela libere seus segredos (o tratamento definido por Bacon como típico da ciência), foi criticado como uma visão parcial, patriarcal e errônea das relações do homem com o mundo. Carolyn Merchant (1981), com a sua clássica obra *A Morte da*

Natureza, percebe no final do século XX a instalação do complexo científico-tecnológico como um processo que traz dominação e destruição.

Tanto o ecologismo como o feminismo e o pacifismo estão na categoria de novos movimentos sociais, pois não se limitam apenas à exigência de uma distribuição de recursos mais justa. Eles também propõem outra qualidade de vida, se originam de uma visão diferente sobre a realidade cotidiana e revalorizam o que havia sido designado como diferente e inferior. Nesta nova abordagem, o despertar da consciência sobre a desvalorização das práticas de cuidado tem um lugar muito importante para o contato das mulheres com a ecologia.

Muitas mulheres de países desenvolvidos começaram a se preocupar com a ecologia ao tomarem consciência das ameaças que pairam sobre sua saúde e de seus entes queridos, particularmente as crianças, que são mais frágeis. Os grupos de anglo-saxãs que se reuniram na chamada “segunda onda do feminismo” para discutir a situação das mulheres ampliaram o conceito de política (Puleo, 2005). Chegaram à conclusão de que problemas que pareciam pessoais tinham um importante componente social. Política já não era apenas o que faziam os políticos. Converteu-se em um termo para designar as relações de poder que permeiam toda a sociedade, inclusive as relações interpessoais e cotidianas, a saúde, a doença e as relações com o próprio corpo. Essas mulheres, que analisaram as relações de casais para pesquisar se nelas havia relações patriarcais de poder, foram também as primeiras a apresentar certos problemas derivados da ciência e da tecnologia como algo vinculado ao feminismo. Tomando consciência do poder da propaganda dos laboratórios e das multinacionais farmacêuticas, elas iniciaram um movimento que tem conseguido dizer em voz alta as vantagens e os inconvenientes de cada uma das inovações tecnológicas aplicadas ao corpo feminino. Assim, dão início à perspectiva ecofeminista para desenvolver uma saudável desconfiança dos efeitos da civilização industrial sobre o corpo das mulheres.

Estas pioneiras, profissionais da saúde ou simples usuárias que contribuíram com seus valiosos testemunhos em um trabalho que continua até os dias de hoje, nos deixaram como legado o manual de ginecologia e saúde do Coletivo de Mulheres de Boston, “*Nuestros*

*cueros. Nuestras vidas*³. Em todas as suas edições, esta obra fala dos tratamentos ginecológicos a partir da perspectiva feminista, de um movimento independente que pratica um julgamento autônomo, sem cair na rejeição radical a qualquer tratamento ou medicação (o que seria um absurdo retorno a inconvenientes do passado). Trata-se de manter certa margem de decisão diante da opinião de especialistas que, às vezes, mudam radicalmente - porém esta mudança de opinião acontece tarde demais para as afetadas. É o caso, por exemplo, da Terapia de Reposição Hormonal (TRH) para a menopausa. Defendida nos anos noventa como a superação milagrosa dos desconfortos do climatério, atualmente essa terapia tem sido desaconselhada por seus perigosos efeitos colaterais. O perigo de desenvolver câncer de mama, que já havia sido apresentado por relatórios independentes, como os do governo sueco e de grupos feministas especializados em saúde, foi oficialmente reconhecido quando muitas mulheres já faziam a TRH há anos. O mesmo aconteceu com o pesticida DDT e o plástico PVC. Logo acontecerá com os transgênicos e outras novidades, sobre as quais o princípio de precaução não é aplicado com o rigor necessário.

A preocupação com a saúde dentro de uma civilização que submete nossos corpos a uma tecnologia e mercantilização sem limites é um tema inevitável da agenda feminista e ecológica contemporânea, além de um elemento chave para a análise crítica do rumo civilizatório. As edições mais recentes de *Nuestros cueros. Nuestras vidas* animam as mulheres a cuidar do meio ambiente e a escutar o próprio organismo quando reage diante das agressões químicas do ambiente de trabalho ou doméstico. Ressaltam, também, a interconexão entre racismo, desigualdade de classe, divisão Norte- Sul e a contaminação ambiental. O holocausto de

³ Recomendo este manual devido a sua enorme utilidade em todos os aspectos da saúde das mulheres. A última edição está em inglês e é do ano de 2011 (Our bodies our selves). A edição original é dos anos oitenta, e por isso, não fala de problemas e tratamentos que surgiram depois, e que são mencionados nas últimas edições. Sobre saúde e poluição, podem ser consultados fragmentos da última edição no link a seguir: <http://www.ourbodiesourselves.org/book/chapter.asp?id=7>. Para saúde sexual e reprodutiva, imagem corporal, menopausa, etc, este outro link pode ser consultado: <http://www.ourbodiesourselves.org/book/default.asp>

Bhopal ou a loca-lização de depósitos de resíduos perigosos nos bairros pobres de afroamericanos e latinos nos Estados Unidos mostram a distribuição desigual da carga de riscos químicos na sociedade em que vivemos.

Já em 2002, a Rede Ambiental de Mulheres de Londres lançou uma campanha de informação na internet contra a passividade institucional diante do aumento alarmante de casos de câncer ginecológico nos últimos cinquenta anos, devido principalmente à contaminação ambiental com xenoestrogênios. Essas substâncias, por serem quimicamente semelhantes ao estrogênio, agem como desreguladores endócrinos. Elas se encontram nos pesticidas organoclorados, utilizados na agricultura não orgânica; nas dioxinas das incineradoras que passam, através da ração contaminada e pastagens, aos produtos de origem animal; nas pinturas e vernizes dos móveis e paredes de nossas casas; nos produtos de limpeza e perfumaria de nossos banheiros; nas embalagens plásticas dos alimentos e etc. As campanhas das mulheres por um meio ambiente saudável indicam que a medicina, em sua maioria alheia aos conhecimentos ambientais, concentra-se em estudar os fatores genéticos que explicam apenas 10% dos casos de câncer de mama e tende a culpar as próprias mulheres por não praticarem esporte como meio preventivo. A medicina ignora que uma pessoa que não consome alimentos de produção ecológica pode ingerir até cinquenta variedades de pesticidas por dia. Embora a contaminação afete ambos os sexos, o corpo feminino está mais sensível, pois as substâncias tóxicas se fixam na gordura, e as mulheres possuem maior percentual de gordura corporal, além da influência de sua instabilidade hormonal (Valls-Llobet, 2010). Por esta razão, há mais mulheres afetadas pela síndrome de hipersensibilidade química múltipla (SHQM), geralmente diagnosticada como alergia. Também as crianças formam um grupo mais expostos aos riscos ambientais, porque nem seus corpos nem seus sistemas imunológicos estão totalmente desenvolvidos. Atualmente, o leite materno contém compostos clorados e BFR (Retardantes de Chama Bromados).

Embora os problemas ambientais não conheçam fronteiras nem se restrinjam a determinados grupos de pessoas, tanto no Norte como no Sul os efeitos também variam segundo as diferentes

classes sociais. Se as mulheres de classes favorecidas sofrem com a contaminação principalmente através do consumo de alimentos e produtos tóxicos, as de classes desfavorecidas ainda têm de trabalhar em ambientes altamente contaminados. As trabalhadoras, muitas vezes imigrantes ou de minorias étnicas, ficam expostas a grandes quantidades de substâncias altamente nocivas em fábricas e em campos de cultivos, ou no inferno de plástico das estufas. Trata-se de uma nova forma de desigualdade em uma sociedade que a cada dia lança novos venenos no meio ambiente⁴.

Também é preciso ressaltar que as mulheres ficam com o peso dos problemas decorrentes de desastres ambientais. Por se constituir como o grupo que cuida de pessoas dependentes (crianças, idosos e doentes), o trabalho das mulheres aumenta com a degradação do meio ambiente. Como ficou comprovado com os fatos posteriores a Chernobyl (Mies, 1997), as mulheres cuidam dos doentes e têm de dobrar seus esforços para encontrar alimentos não contaminados. Os trabalhos cotidianos, que por si só são importantes, se multiplicam. Porém, estes são fenômenos que não ocupam as primeiras páginas dos jornais.

No mundo anglo-saxão, o ecofeminismo nasceu da preocupação com a saúde e com a paz em um mundo ameaçado por um confronto nuclear. Algumas das primeiras ecofeministas consideravam que os homens eram naturalmente agressivos, enquanto as mulheres eram mais afetuosas, maternais e, portanto, mais aptas a cuidar da natureza e do conjunto de seres vivos. De acordo com esta perspectiva, os sexos diferem em suas essências, tal qual havia afirmado o pensamento patriarcal tradicional, ainda que, nesta ocasião, se inverte a valorização. O biologicismo destas primeiras teorias foi muito criticado, entre outras razões, porque dele se poderia deduzir que era impossível modificar condutas preconceituosas por meio da educação.

Mais tarde, distanciando-se da perspectiva essencialista inicial, outras autoras estudaram a relação entre militarismo e uma mística que opera na construção patriarcal histórica da masculinidade,

⁴ Greenpeace relata 100.000 substâncias diferentes introduzidas a partir dos anos 1940.

relacionada à agressividade, à caça, e às façanhas bélicas. Sem dúvida, assim como já se falou de uma mística feminina, que reduzia a estereótipos as possibilidades de escolha de vida das mulheres, também corresponde analisar e criticar a mística da masculinidade (Miedzian, 1995) que, hoje, com as armas existentes, é muito perigosa para a sobrevivência da humanidade e dos demais seres vivos. Após treze anos de luta não violenta em nome do cuidado com a vida, manifestações pacifistas das feministas inglesas conseguiram retirar uma base de mísseis da OTAN da região de Greenham Common. Elas realizaram acampamentos com as cores do arco-íris e fecharam simbolicamente as entradas da base militar com redes entrelaçadas que representavam todos os organismos ameaçados por uma guerra nuclear. Todo o século XX está marcado por iniciativas de mulheres contra a violência armada (Magallón, 2006).

Entre as muitas mulheres que lutaram e lutam pela paz e pela sustentabilidade é necessário citar Petra Kelly, co-fundadora d’Os Verdes alemães⁵. Para Kelly (1997), “há uma relação clara e profunda entre militarismo, degradação ambiental e machismo”. E o machismo transbordava nas críticas a Rachel Carlson quando ela ousou, em *Primavera Silenciosa*, livro fundamental para o nascimento da consciência ambiental, denunciar o homicídio biológico provocado pelo uso massivo de agrotóxicos na agricultura (Guerra, 2004).

O desenvolvimento insustentável visto pelas pensadoras e ativistas do Sul

Nos países chamados “do Sul”, vários estudos têm mostrado que as formas de desenvolvimento baseadas na crença cega na tecnologia e guiada exclusivamente pelas leis de mercado têm afetado profundamente não só o entorno natural como a vida dos mais pobres, principalmente, mulheres e crianças. Antes, para cozinhar,

⁵ Para uma breve aproximação ao seu pensamento, pode ser consultado o artigo de Angélica Velasco, Petra Kelly: Cuando el pacífico es ecofeminista, en *Ecopolitica* nº 3, julho 2010. http://www.ecopolitica.org/index.php?option=com_article&id=106%3Apreta-kelly-cuando-el-pacifico-es-ecofeminista&catid=25%3Aecofeminismo&Itemid=1

encontravam lenha perto do povoado onde viviam. Atualmente precisam andar quilômetros para encontrá-la, devido à destruição das florestas para a introdução de monoculturas destinadas ao mercado mundial e para fabricação de móveis e outros objetos de madeira exóticos que são comprados pelo Primeiro Mundo. Antes, dispunham de uma parte da produção agrícola para dar de comer a seus filhos. Agora, com a “modernização” e a “racionalização”, tudo se comercializa. Surge, assim, a desnutrição, provocada pelos mesmo que dizem ter a solução para a fome no mundo graças aos organismos geneticamente modificados e patenteados pelas empresas multinacionais dos países mais poderosos. Acrescentamos a este panorama as “catástrofes naturais” causadas pelo desmatamento, as mudanças climáticas, as transposições dos rios, as instalações de empresas que contaminam o meio ambiente e não estão submetidas a nenhuma regulamentação, entre outros absurdos ambientais.

Uma das primeiras vozes femininas a denunciar estes efeitos negativos da modernização nos países do Sul foi Vandana Shiva. Cientista e filósofa indiana, ela recebeu o Prêmio Nobel alternativo e, atualmente, é uma figura importante do movimento internacional por uma globalização alternativa. Sua participação quando jovem no movimento Chipko mudou suas ideias sobre energia atômica e fez com que abandonasse seu entusiasmo tecnológico de graduada em Física Nuclear. Com seus livros, Shiva mostrou ao mundo o movimento Chipko, formado por mulheres da zona rural do Himalaia que salvaram florestas comunitárias em uma ação organizada e altamente simbólica, inspirada nos princípios da não violência de Gandhi. Em turnos de vigilância, elas impediram a derrubada das florestas abraçando-se às árvores em nome do princípio feminino da Natureza, e se opondo a seus maridos, que já haviam se deixado convencer sobre a conveniência de vender os terrenos das comunidades para fins de exploração comercial. Como elas, Shiva também se inspira na antiga cosmologia da Índia, afirmando que a energia feminina é a energia natural, e que as atividades rurais das mulheres da sua terra estão em total harmonia com o meio ambiente.

Na segunda parte do livro que a tornou famosa, *Abrazar la vida. Mujeres, ecología y desarrollo*, esta pensadora mostra que

na economia de subsistência, baseada no cultivo da horta, as camponesas conhecem o valor ecológico de várias plantas que, aos olhos dos “especialistas” ocidentais, parecem simples ervas que devem ser destruídas. E nos explica, de forma simples e magistral, como funciona o modo de desenvolvimento ocidental, que substituiu os cultivos tradicionais por monoculturas destinadas ao mercado: são concedidos créditos aos agricultores para que comprem sementes manipuladas e que exigem, por sua vez, a aplicação de certos pesticidas vendidos pelas mesmas empresas que fornecem as sementes. Cria-se, assim, um círculo interminável de dependência e endividamento dos agricultores. A destruição da flora local e as obras faraônicas para o fornecimento de água para irrigação alteram o ecossistema, produzindo assim os chamados “desastres naturais” - que vão desde os processos de desertificação até inundações. No seu livro *Cosecha Robada*, Shiva (2003) mostra que quem vive de uma economia de auto-abastecimento local acaba isolado e afundado na miséria, nas favelas das grandes cidades do Terceiro Mundo. O que Shiva chama de “o mau desenvolvimento”, defendido pelo Ocidente, tem como consequência o desaparecimento da diversidade cultural e a destruição da biodiversidade. No *Manifiesto para una Democracia de la Tierra*, a autora mostra a vinculação destas consequências nefastas do mau desenvolvimento com o avanço da violência e do fundamentalismo, propondo como solução o uso sustentável e equitativo, acessível a todos, dos recursos da terra.

No ecofeminismo espiritualista e social latino-americano, Ivone Gebara é uma das pensadoras mais conhecidas⁶. Ela é uma teóloga feminista que faz parte de um grupo com presença em vários países do Cone Sul e que tem na revista *Con-spirando*⁷ seu principal meio

⁶ Ivone Gebara, Teologia Ecofeminista. Ensaio para repensar o conhecimento e a religião, São Paulo, ed. Olho d'Água, 1997. Existe esta edição em inglês sobre o título de *Longing for running Waters* (Fortress Press, Minneapolis), e em espanhol, *Instituciones ecofeministas*. Ensayo para repensar el conocimiento y la religión (ed. Trotta, Madrid, 2000).

⁷ Sobre Ecofeminismo na América Latina, ver o estudo de uma das co-fundadoras de *Con-spirando*, Mary Judy Ress: *Ecofeminism in Latin America*, Orbis Books, New York, 2006.

de expressão. Em sintonia com as novas preocupações ecológicas da Teologia da Libertação, embora em diálogo crítico com ela desde uma perspectiva feminista, Gebara (1997) defende a necessidade de uma ecojustiça ou justiça ecológica que atenda aos povos indígenas como as principais vítimas dos atuais danos ao meio ambiente. E adverte que, entre estas vítimas, as mulheres ficam com a pior parte devido a suas tradicionais responsabilidades na criação dos filhos.

Na América Latina, as mulheres se destacam por sua militância em defesa do meio ambiente numa época em que as grandes mineradoras e a monocultura de alimentos transgênicos constituem uma nova e mais profunda forma de colonização extrativista. Algumas são lideranças de novos movimentos indígenas que lutam para preservar suas terras ancestrais. Em um espaço onde a resistência exige muita valentia, e pode levar à morte, quero recordar a religiosa Dorothy Stang, assassinada a tiros no Amazonas, em 2005, por defender a floresta e os sem-terra frente aos latifundiários e madeireiros.

As mulheres são muito ativas no movimento internacional de Soberania Alimentar e, como parte dele, redigiram a Declaração de Nyéléni, em 2007, no Mali. Considero este documento uma referência fundamental, porque reivindica os direitos das mulheres contra a opressão patriarcal tradicional, ao mesmo tempo em que luta por um mundo sustentável contra o capitalismo neoliberal globalizado que destrói as economias locais, subordina as pessoas e envenena a Natureza.

Na África, se destaca a figura da militante ecologista Wangari Maathai (1940-2011), que recebeu, em 2004, o Prêmio Nobel da Paz pela criação e coordenação do Movimento do Cinturão Verde de Quênia (Green Belt) - associação de mulheres que já plantou mais de vinte milhões de árvores em doze países africanos. Presidenta do Conselho Nacional das Mulheres do Quênia, Wangari conseguiu introduzir a ideia de plantar árvores para combater a desertificação e, ao mesmo tempo, fornecer recursos e melhorar a vida das mulheres pobres. Este não é o único exemplo desta hábil combinação. No Senegal, ao norte de Dakar, vencendo a oposição dos homens de suas aldeias, mais de 1.500 mulheres trabalharam em um projeto que deram o nome de uma divindade feminina do local, Cupaam Ker

(Chefe Mãe Cupaam). Elas conseguiram recuperar o ecossistema de um lago que estava em vias de extinção⁸ utilizando microcréditos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A plantação foi feita ao redor dos manguezais e reverteu o processo de extinção do lago, criando um parque natural que hoje é fonte de renda com o turismo. As participantes se tornaram fortes defensoras do meio ambiente, e um de seus argumentos é a responsabilidade para com as gerações futuras.

A luta dos grupos de mulheres rurais do Sul e a teorização desenvolvida sobre ela têm marcado as últimas Conferências Mundiais sobre as Mulheres da ONU. Reconhecendo que a poluição e os desastres naturais afetam particularmente a população feminina, a Plataforma de Ação de Pequim levantou a necessidade de promover a participação das mulheres na tomada de decisões sobre o meio ambiente. Daí a tendência atual, ainda imperfeitamente introduzida, da aplicação de uma perspectiva de gênero na formulação de programas de desenvolvimento. Sabe-se que as hortas cultivadas pelas mulheres nas sociedades tradicionais são modelos de aproveitamento e de uso sustentável da terra, baseados no cultivo de plantas permanentes e de alto rendimento, com a utilização de restos de vegetais e esterco como fertilizante. Assim, a comunidade é alimentada de forma eficaz, sem causar contaminação, já que “fecham ciclos”, como na natureza, e conservam a biodiversidade. Podemos dizer que essas mulheres oferecem um verdadeiro exemplo de técnicas agroecológicas anteriores à constituição da agroecologia como ciência. Nesta nova abordagem da sustentabilidade, articulada teoricamente nas contribuições de autoras como Vandana Shiva e Bina Agarwal, as mulheres são reconhecidas como ativas conhecedoras do meio natural e excelentes gestoras do desenvolvimento sustentável.

Agora sabemos por diferentes estudos, independentes de corporações multinacionais, que as técnicas agroecológicas poderiam alimentar a população mundial, evitando assim sua intoxicação

⁸ Addressing desertification and land degradation. The activities of the European Community in the context of the United Nations Convention to Combat Desertification. European Commission. Setembro, 2000.

crônica com agrotóxicos e sua dependência econômica crescente das indústrias agroquímicas. Este conhecimento deve levar a uma autêntica revolução na produção de alimentos, e esse é o objetivo da Soberania Alimentar. Na perspectiva ecofeminista, combinar sustentabilidade com ampliação do poder das mulheres não implica somente programas destinados às mulheres dos países empobrecidos, mas também em apoiar iniciativas ecológicas das mulheres de todo o mundo. São exemplos a criação de redes solidárias de produção, distribuição e consumo, o fomento a participação das mulheres nos empregos gerados por tecnologias realmente limpas e nos processos de tomada de decisão dos projetos ecológicos. Cedo ou tarde, terá de haver uma conversão ecológica da sociedade, e devemos fazer dela uma oportunidade para a integração plena e igualitária das mulheres.

Além do antropocentrismo extremo

Numa época em que o poder da tecnologia é tão grande, a ética ecológica chama a atenção sobre um preconceito que se volta contra a humanidade: a ideia de que tudo existe em função do homem e para satisfazer todos os seus caprichos. O antropocentrismo extremo considera que só os seres humanos são dignos de consideração moral. Todos os outros seres vivos, mesmo os mais próximos ao *homo sapiens*, são considerados como simples meios para os seres humanos. No ecofeminismo, consideramos esta visão como parte da herança patriarcal. Agora que as mulheres começam a ter voz, é hora de examinar esta concepção narcisista e prejudicial para o planeta e para a própria humanidade.

No século XX, nós mulheres nos incorporamos ao mundo do trabalho assalariado, à esfera da cultura, da política, em suma, ao que é chamado de mundo público. O acesso aos cargos de decisão ainda é muito difícil e demorado, mas não se pode ignorar a mudança que tem ocorrido. Há cinquenta anos ainda se considerava o mundo doméstico como o espaço exclusivo das mulheres, ao ponto de a expressão “mulher pública” ter um significado completamente diferente de “homem público”.

Nossa entrada na esfera pública significa também a possibilidade

de uma revisão crítica da cultura forjada durante uma longa história de exclusão das mulheres. O ciclo de reivindicação de igualdade precede, é claro, o momento do descobrimento e crítica do conteúdo de gênero do que aparecia anteriormente como universal e neutro (Amorós, 2005). O androcentrismo, ou viés patriarcal da cultura, é o resultado lógico dessa história. O pensamento androcêntrico tratou de desvalorizar todas aquelas atividades e formas de perceber e sentir o mundo consideradas femininas. A filosofia conceitualizou “a mulher” como Natureza e sexualidade (Puleo, 1992). E o pensamento ocidental tem generalizando uma percepção bastante “arrogante” do mundo⁹, com uma visão de que a Natureza é mera matéria-prima¹⁰ inferior (que existe para ser dominada e explorada por uma razão sem sentimento de compaixão (Plumwood, 2002).

Por tudo isso, o ecofeminismo tem se interessado particularmente pela chamada “ética do cuidado” das mulheres, estudada por teóricas como Gilligan. Notou-se que todas as tarefas relacionadas à subsistência e à preservação da vida (começando pelo trabalho doméstico) foram injustamente desvalorizadas¹¹ devido ao status inferior concedido à Natureza.

Insisto que isso não significa que toda mulher pratica a ética do cuidado e é um “anjo do ecossistema”. Os indivíduos são consideravelmente diferentes entre si. Os elementos que podem desencadear uma consciência ecológica são muito variados e não podem ser reduzidos a pertencer a um determinado sexo. Porém, há estilos e subculturas de gênero que se manifestam estatisticamente. Por razões que não posso expor aqui por motivo de espaço, em *Ecofeminismo para otro mundo posible* defendo que o afeto que muitas mulheres no mundo manifestam aos animais constitui uma rebelião silenciosa contra os mandos patriarcais. Os dados empíricos mostram que, mundialmente, as mulheres constituem grande parte

⁹ Warren, Karen, op. cit.

¹⁰ Shiva, Vandana, *Abrazar la vida. Mujer, Ecología e Desarrollo*, trad. Instituto do Terceiro Mundo de Montevideo (Uruguai), Madrid, Cardeno inacabados 18, ed. horas e HORAS.

¹¹ Mellor, Mary, *feminism and Ecology*, Polity Press, Polity Press, Cambridge, New York University Press, 1997.

das bases dos movimentos ecologistas e quase a totalidade da mão de obra não-remunerada dos grupos de proteção animal, cuja atividade generosa é geralmente vista como capricho e fraqueza feminina. A estes dados devemos somar a constância de várias mulheres, muitas delas idosas e movidas pela compaixão, que vemos alimentando animais abandonados em alguma rua perdida de pequenas ou grandes cidades. Como observou Marta I. Gonzáles¹², primatólogas como Diane Fossey, assassinada por defender os gorilas, ou Biruté Galdikas, que estudou os orangotangos da Indonésia, e Jane Goodall, Prêmio Príncipe da Astúrias, que revolucionou o conhecimento que se tinha das sociedades dos chimpanzés, destacam-se na observação científica da Natureza justamente porque souberam criar empatia com os outros seres vivos. Desta forma, os conheceram melhor, superando estudos esquemáticos e reducionistas anteriores. Quando o antropólogo Louis Leakey as escolheu para dar continuidade à pesquisa, levou em conta as atitudes de cuidado e escuta atenta, historicamente femininas.

A crise ecológica atual nos obriga a repensar e rediscutir nossa visão de mundo e a nos questionar sobre o valor atribuído à Natureza, às atividades de cuidado da vida e aos sentimentos de afinidade com os seres vivos não humanos (Goodall, 2003). Este questionamento será mais uma forma da participação das mulheres na construção de uma nova cultura.

A idéia cartesiana de que o animal não é mais que uma máquina incapaz, inclusive, de sentir dor, havia sido fortemente rejeitada pelas mulheres iluministas dos séculos XVII e XVIII. A polêmica foi tão grande que um discípulo de Descartes ironizou, dizendo em um dos seus trabalhos que o prazer de serem admiradas continuamente por seus animais de estimação fazia com que as mulheres atribuíssem a eles faculdades que não possuíam. A violência e a dominação exercida cotidianamente sobre os animais já havia indignado algumas sufragistas (Mary Wollstonecraft, Susan B. Anthony, Elizabeth Cady Stanton, Lucy Stone, Charlotte Perkins

¹² Gonzales, Marta I., *Crer para ver: Primates, homicidios y mujeres*, em VV.AA., *Mujeres pioneras. Colección la Historia no Contada*, Editora Municipal, Ayuntamiento de Albacete, pp. 11-23.

Gilman e muitas outras). Elas combinavam a reivindicação do voto das mulheres com a luta contra as instituições escravocratas, a proteção infantil, o vegetarianismo e a proteção dos animais. Este era o caso de Caroline Earle White, que em 1883 fundou a American Antivivisection Society¹³. Algumas dessas pioneiras observaram as coincidências que havia entre o tratamento que recebiam os animais de laboratórios por parte da ciência e a violência contra as mulheres.

O retorno desta questão no final do século XX tem diferentes aspectos. O perfil androcêntrico da ciência está em discussão, e estudos têm sido realizados sobre a relação entre os efeitos da radiação ou a toxicidade de pesticidas em animais de laboratório e a posterior contaminação do meio ambiente, com especial impacto sobre mulheres e crianças. A caça, o inferno da agropecuária intensiva e a compaixão para com os animais¹⁴ têm sido objeto de ensaios apaixonantes. Houve análises psicológicas interessantes sobre a relação entre a violência contra animais, presente em muitas atividades de lazer, e a formação da identidade masculina como uma rejeição dos aspectos ligados à maternidade e ao feminino. A caça esportiva tem sido interpretada como forma ritualizada para acalmar a ansiedade masculina causada pelo desejo de retorno à Natureza experimentada como animal e feminino, que o menino rejeita para se tornar homem¹⁵. Também foi constatado o uso de violência contra animais de estimação por agressores habituais como estratégia de controle sobre suas parceiras, para prejudicá-las, levando-as ao pânico, coagindo-as e privando-as de apoio emocional¹⁶. A pensadora

¹³ Para um estudo histórico detalhado, ver Berris, Diane, *From the Prevention of Cruelty. The History and Legacy of Animal Rights Activism in United States*, Swallow Press/Ohio University Press, 2006.

¹⁴ Ver Gruen, Lori, "Los animales", em Singer, Peter, *Compendio de Ética*, Alianza, Madrid, 1995, pp. 469-482.

¹⁵ Ver Kheel, Marti, "Licence to Kill: An Ecofeminist Critique of Hunters's Discourse", em Adams, Carol & Donovan, Josephine (eds), *Animals & Women. Feminist Theoretical Exploration*, Durham and London: Duke University Press, 1995, pp. 85-125.

¹⁶ Ver o trabalho da médica e bióloga especialista em criminologia Nuria Querol i Viñas "El enemigo en casa", em <http://www.gevha.com/> (prévio registro gratuito para leitura) e Adams, Carol, "Woman-Battering and Harm to Animals", em

ecofeminista Marthi Keel, foi uma das fundadoras de Feminist for Animals Rights (Feminista pelos Direitos dos Animais), grupo já extinto que se dedicou ao cibertativismo ecologista e a outras atividades de educação, criação artística e de assistência. As ações de assistência incluíam a tarefa de ajudar mulheres vítimas de violência doméstica, acolhendo seus animais de estimação quando elas precisam se afastar do lar e do parceiro.

Da mesma forma, a crítica literária tem explorado a representação de animais na narrativa, destacando as profundas transformações realizadas por algumas escritoras contemporâneas¹⁷. Em linhas gerais, é interessante lembrar o trabalho pioneiro de Colette e a dedicação de Marguerite Yourcenar às condições de vida dos animais, por sua intervenção na elaboração da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela Liga Internacional de Direitos dos Animais em 1978 e posteriormente aprovada pela UNESCO e pela ONU.

Nas diferentes correntes ecofeministas atuais existe um desejo comum de mudar a visão que temos sobre os animais não humanos e, no mínimo, melhorar sua situação. Isto ocorre por três razões complementares: a constatação dos inúmeros sofrimentos que padecem os animais (particularmente neste inimaginável inferno das granjas industriais, onde os animais são privados de movimento e de qualquer expressão de seu comportamento, destinados a produzir mais e mais carne para suprir o mercado); a busca por uma qualidade de vida humana que inclua o florescimento de nossas capacidades de empatia com os outros seres vivos; e a relação do tratamento dos animais de granjas industriais com a luta contra o desenvolvimento neoliberal nos países do Terceiro Mundo. Com este último objetivo, Vandana Shiva faz a contraposição entre “vacas sagradas” e “vacas loucas”, a metáfora de uma civilização ecológica contra a industrial, que não difere máquinas de seres vivos. Na denúncia do avanço da

Adams, Carol & Donovan, Josephine (eds), op. cit. pp. 55-84.

¹⁷ Ver Scholtmeijer, Marian, “The Power of Othenrss: Animals in Women’s Fiction”, em Adams, Carol & Donovan, Josephine (eds), op. cit. pp. 231-262. Ver também Desblache, Lucile, “Signes du temps: animaux et visions de passé dans la fictin contemporanie”, em Lucile Desblache (eds) *Escire l’animal aujourd’hui*, Presses Universitaires Blaise Pascal, 2006, pp. 269-279.

dieta carnívora sobre a tradição vegetariana local e do deslocamento de práticas agrícolas tradicionais para a produção das multinacionais de comida-lixo, Vandana diz:

“Uma vaca não é só uma máquina de fabricar leite ou carne, ainda que a indústria a trate como tal. (...) Negar às vacas e aos outros animais a sua condição de sujeitos, tratando-os como mera matéria-prima, é convergir com o ponto de vista do patriarcado capitalista” (Shiva, 2003:95).

Segundo algumas teólogas cristãs como Rosemary Radford Ruether ou Ivone Gebara, para superar o antropocentrismo (posição que nega toda consideração moral para o mundo não humano), é necessário mudar a imagem do Deus patriarcal separado da Natureza, e assumir uma visão de um Deus integrado na Natureza para entender a afinidade, a compaixão e o respeito, não somente aos seres humanos, mas também aos outros seres vivos e ao resto da Criação como parte da Divindade. Para alcançar esta visão integrada, deve-se abandonar a oposição hierárquica de espírito-matéria e alma-corpo, que tem sustentado ao longo de muitos séculos a misoginia, a demonização das mulheres e o desrespeito pela vida não humana. A partir de uma visão não teológica, sem dúvida também é necessário superar a correlação entre cultura-natureza e mente-corpo.

Tenho defendido que uma verdadeira educação para a sustentabilidade não pode ser reduzida a um simples título de melhor gestão dos recursos naturais. É evidente que a melhoria da gestão é essencial, mas não suficiente para a grande mudança cultural exigida pelo aumento da potência tecnológica da humanidade e sua consequente pressão sobre a Terra. Devemos favorecer uma educação sentimental ecológica que estabeleça as bases emocionais das boas práticas para a sustentabilidade. O desprezo aos valores do cuidado, relegados à esfera feminizada do doméstico, é um dos fatores que levam a humanidade a uma corrida suicida de conflitos armados e desenvolvimento insustentável. O dualismo extremo cultivado pela nossa civilização precisa ser analisado e questionado como um subtexto que, em grande parte, responde a questões de

gênero e que incide na persistência da desigualdade entre os sexos e na atual crise ecológica.

As análises ecofeministas das oposições natureza-cultura, mulher-homem, animal-humano; sentimento-razão, matéria-espírito, corpo-alma denunciam o funcionamento de uma hierarquia que sempre desvaloriza as mulheres, suas tarefas, os animais não humanos, os sentimentos, o corporal e tudo o que é designado como Natureza frente a uma razão e uma cultura concebida como masculinas e totalmente desligada e liberada do “natural”.

Não se trata de que as mulheres se tornem as únicas salvadoras do planeta. Tanto homens quanto mulheres precisam se perceber como fazedores da Cultura e integrantes de uma Natureza ameaçada e que precisa de cuidados (Puleo, 2011). Para isso, devemos incluir nos fundamentos da humanidade atitudes e valores que até hoje foram discriminados por serem considerados “femininos por natureza”. Avançaremos, assim, para uma nova cultura, animada pelo desejo de justiça e pela vontade compassiva de um mundo natural e maravilhoso, que está à beira do desaparecimento total.

Quero finalizar estas linhas com um agradecimento a todas as mulheres, por tantas vezes esquecidas, que de várias formas, com o seu pensamento ou suas vidas cotidianas, têm oferecido novas perspectivas para a grande tarefa que temos atualmente como ser humano: ser mais modesto, sensível e compreensivo para preservar e proteger nossa casa comum tão ameaçada.

Referências bibliográficas

Addressing desertification and land degradation. The activists of the European Community in the context of the United Nations Convention to Combat Desertification. Comissão Européia. Setembro, 2000.

AMORÓS, Célia. Tiempo de Feminismo. Madrid: Cátedra, 1997.
_____. La gran diferencia e sus pequeña consecuencias... para las luchas de las mujeres. Madrid: Cátedra, 2005.

BERRS, Diane. Fort the Prevention of Cruelty. The History and Legacy of Animal Rights Activism in United Status. Swallow Press/ Ohio University Press, 2006.

DESBLACHE, Lucile. Signes du temps: animaux et visions de passé dans la fictin contemporanie. In: DESBLANCHE, Lucile (org) Escire l'animal aujourd'hui. Presses Universitaires Blaise Pascal, 2006.

FEMINAS, María Luisa; SPARADO, Maria Cristina. Ecopasividad o Ecofeminismo?. In CAVANA, Maria Luisa; PULEO, Alicia; SEGURA, Cristina. Mujer y Ecología. Historia, Pensamiento, Sociedad. Madrid: Almudayna, 2004.

GEBARA, Ivone. Teologia Ecofeminista. Ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GILLIGAN, Carol. La moral y la teoría. FCE, México, 1985.

GONZALES, Marta I. Crer para ver: Primates, homicidios y mujeres. In: VV.AA., Mujeres pioneras. Colección la Historia no Contada. Ayuntamiento de Albacete: Editora Municipal.

GOODALL, Jane; BEKOFF, Marc. Los diez mandamientos para compartir el planeta con los animales que amamos. Barcelona: Paidós, 2003.

GRUEN, Lori. Los animales. In SINGER, Peter, Compendio de Ética. Madrid: Alianza, 1995.

GUERRA, Maria José. Un vínculo privilegiado mujer-naturaleza? Raquel Carson e o transito de naturalistas sensíveis e com consciência ecológica. In: CAVANA, Maria Luisa; PULEO, Alicia; SEGURA, Cristina, Mujer y Ecología. Historia, Pensamiento, Sociedad. Madrid: Almudayna, 2004.

KELLY, Petra, Por un futuro alternativo. Barcelona: Paidós, 1997.

KHEEL, Marti. Licence to Kill: An Ecofeminist Critique of Hunters's Discourse. In: ADAMS, Carol; DONOVAN, Josephine (eds). Animals & Women. Feminist Theoretical Exploration. Durtham e Londres: Duke University Press, 1995.

MELLOR, Mary. Feminism and Ecology. Cambridge: New York University Press, 1997.

MERCHANT, Carolyn, The Death of Nature: Woman, Ecology, and the Scientific Revolution. San Francisco: Harper and Row, 1981.

MIEDZIAN, Myriam. Chicos son, hombres serán. Cómo romper los lazos entre masculinidad y violencia. Cuadernos inacabados, Ed. Horas, 1995.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. Ecofeminismo. Teoria crítica y perspectivas. Barcelona: Icaria, 1997.

OLABE, Antxon. Una casa común con dos grietas. El Correo de Bilbao, 12/02/2001.

PLUMWOOD, Val. Environmental Culture. The ecological crisis of reason. Nova Iorque: Routledge, 2002.

_____. Feminism and the Mastery of Nature. Nova Iorque: Routledge, 1993.

PULEO, Alicia. Dialéctica de la sexualidad. Género y sexo en la Filosofía Contemporánea. Madrid: Cátedra, 1992.

_____. Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical. In AMORÓS, Célia; DE MIGUEL, Ana (orgs). Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. Madrid: Minerva, 2005.

_____. Ecofeminismo para otro mundo posible. Madrid: Cátedra, col. Feminismos, 2011.

QUEROL, Nuria. El enemigo en casa. www.gevha.com

RESS, Mary Judy. Ecofeminism in Latin America. Nova Iorque, Orbis Books, 2006.

SCHOLTMEIJER, Marian. The Power of Othenrss: Animals in Women's Fiction. In: ADAMS, Carol; DONOVAN, Josephine (orgs). Animals & Women. Feminist Theoretical Exploration. Durtham e Londres: Duke University Press, 1995.

SHIVA, Vandana. Abrazar la vida. Mujer, Ecología e Desarrollo. Madrid, Cuadernos inacabados 18, ed. horas e HORAS.

_____. Cosecha robada. El secuestro del suministro mundial de alimentos. Barcelona: Paidós, 2003.

VALLS-LLOBET, Carme. Contaminación ambiental y salud de las mujeres. Revista de Pesquisas Feministas, Vol.1, 2010.

AMEAÇA TORMENTA¹: A CRISE DOS CUIDADOS E A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ECONÔMICO*

Amaia Pérez Orozco

1. Introdução

Atualmente, dois dos principais pontos de debate político são a aprovação da “Lei de promoção da autonomia pessoal e atenção às pessoas em situação de dependência”, que começa a se perfilar como o quarto pilar do Estado de bem-estar, e as questões sobre a chamada conciliação do trabalho e da vida familiar, que também é elemento central do recém aprovado anteprojeto da lei de igualdade entre mulheres e homens. A proposta deste texto é entender ambos assuntos em inter-relação, como fraturas socioeconômicas pelas quais escapam as tensões, até agora ocultas, do sistema em que vivemos, ou seja, como sintomas de um processo de reorganização na forma de satisfazer a necessidade de cuidados da população, chamada de crise dos cuidados.

A crise dos cuidados é um problema socioeconômico de primeira ordem, que afeta o conjunto da população. Ela só pode ser percebida em toda sua magnitude se deixamos de centrar a visão nos mercados e no que é monetarizado, e passamos a situar a sustentabilidade da vida como categoria analítica básica. Ou seja, se buscarmos compreender “as formas como que cada sociedade resolve seus problemas de sustentabilidade da vida humana” (Carrasco, 2011a:12). A pergunta, portanto, é: como está sendo reorganizada a satisfação da necessidade de cuidados nos marcos de um sistema que, como argumentaremos, não prioriza a necessidade das pessoas, e sim a dos mercados?

Antes de continuar, é conveniente ressaltar que este texto parte de duas afirmações cruciais da economia feminista. Em primeiro

* Publicado originalmente em Revista de Economía Crítica, no 5. Marzo de 2006. Traduzido por Maria Júlia Montero.

¹ Título sugerido devido ao sério aviso de Stark ao falar sobre a atenção a pessoas maiores de 65 anos no Estado Espanhol: “Parece ameaçar uma crise de cuidados” (2005: 17)

lugar, a economia não é redutível aos mercados, é a manutenção da vida, seja através das esferas monetarizadas ou não. Ou seja, o aspecto mercantil da economia é parte secundária da análise, e não seu eixo central. Em segundo lugar, o gênero funciona como elemento organizador do sistema econômico, portanto, é necessário estar atento/a às relações de gênero para poder compreender a estrutura socioeconômica². Porém, dentro da própria economia feminista não há unanimidade de critérios sobre as implicações analíticas e políticas que derivam de um lugar comum, aparentemente simples.

Este texto situa-se nesses marcos e persegue o objetivo duplo de fomentar o diálogo entre a economia feminista e outros ramos do pensamento econômico crítico. De um lado, procura mostrar o potencial teórico e político de olhar a economia a partir de um ângulo diferente, que descentralize os mercados e atente para às desigualdades entre mulheres e homens. De outro lado, dentro do próprio feminismo - tanto no âmbito acadêmico quanto como movimento social, na economia e em outros ramos do pensamento -, dialoga sobre o trabalho de cuidados e sua atual crise. Os momentos de crise são momentos de mudança e de colocar as estruturas em xeque. Por isso, é necessário que o feminismo (os feminismos) e as/os economistas críticas/os tenham um discurso forte que se contraponha à retórica ortodoxa e dê visibilidade às desigualdades e problemas estruturais que estão emergindo pelas fendas do sistema. O objetivo é evitar a consolidação de um desfecho em que as tensões

² Pode-se dizer que essa dupla afirmação é um elemento definidor da economia feminista. Outro elemento constitutivo da economia feminista seria o fato de se situar no terreno da economia heterodoxa, ao considerar que a análise das relações de desigualdade entre mulheres e homens não pode ser feita nas estreitas margens da economia neoclássica, e que a criação de conhecimento é um processo social, pelo que a neutralidade não é factível. Esses são elementos de diferenciação entre a economia feminista e a economia de gênero, que pode ser definida como um subsetor da economia ortodoxa dedicado a analisar as relações de gênero no âmbito mercantil (para uma diferenciação, ver Robeyns, 2000). Este texto parte dessas duas afirmações, sem se dedicar, portanto, a demonstrá-las, mas sim a analisar as implicações que delas derivam, e os debates em torno delas. Bastam dois dados para dá-las como encerradas: o montante de horas de trabalho de cuidados não remunerado que recebem, anualmente, meninas/os e outras pessoas adultas no Estado Espanhol, equivaleria, em número de empregos, a 11,4 milhões. Dessas horas, 81,1% são realizadas por mulheres (Durán, 2001).

com base na desigualdade sigam resistindo e existindo.

Entendemos como “crise dos cuidados” o complexo processo de desestabilização de um modelo prévio de divisão de responsabilidades sobre os cuidados e sobre a sustentabilidade da vida, o qual acarreta em uma redistribuição e reorganização do trabalho de cuidados. Esse processo está se dando, atualmente, de forma não apenas insuficiente e precária, mas também reacionária, na medida em que se baseia nos mesmos eixos de desigualdade social e invisibilidade de trabalhos e de agentes sociais que o modelo anterior apresentava. Essa crise dos cuidados tem implicações de gênero centrais, já que, em grande medida, a divisão histórica dos trabalhos de cuidados esteve associada às relações de poder de gênero. Assim, o gênero marca, profundamente, tanto os fenômenos de desequilíbrio como de reequilíbrio. Este texto não pretende desfazer o nó dessa crise dos cuidados, mas sim se utilizar de aspectos considerados especialmente relevantes e/ou que não são abordados habitualmente nos debates em torno da dita crise. A primeira parte aborda questões mais teóricas e conceituais. Em um segundo momento, analisa-se a crise dos cuidados propriamente dita, a qual, como será argumentado em terceiro lugar, está sendo solucionada de forma reacionária, o que nos traz diversas questões teóricas e políticas.

2. A sustentabilidade da vida no centro: necessidade e trabalho de cuidados

Se atribuímos à sustentabilidade da vida (ou seja, os processos sociais de satisfação de necessidades) o estatuto de categoria central de análise, a primeira pergunta que surge é: de quais necessidades estamos falando? Não iremos entrar no atual debate em torno das necessidades, vinculado, em grande medida, ao enfoque sobre as capacidades e privações, dado por Amartya Sen. A economia feminista contribui para esse enfoque, entre outras questões, com a ênfase nos trabalhos não remunerados e nas esferas não monetarizadas da economia³. Limitemo-nos a destacar dois aspectos centrais: a

³ Sobre os diálogos e debates entre a economia feminista e o enfoque das capacidades, ver Bosch et al., 2005 e o número especial da revista *Feminist Economics* 9 (2/3), editado por Bina Agarwal, Jane Humphries e Ingrid Robeyns.

multidimensionalidade das necessidades e sua construção social. Vejamos tudo isso em torno da necessidade de cuidados.

2.1. Os cuidados como necessidade multidimensional

Por “cuidados” podemos entender a gestão e a manutenção cotidiana da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida. O cuidado apresenta uma dupla dimensão. De um lado, é “material”, corporal, relacionado à realização de tarefas concretas com resultados tangíveis, ou seja, é atender ao corpo e a suas necessidades fisiológicas. De outro lado, é “imaterial”, afetivo-relacional, relativo ao bem-estar emocional. Cuidar é “responsabilizar-se pelos corpos sexuados” (Precarias a la deriva, 2005b) e pelas relações que os atravessam. Em consequência, tanto o corporal e sexual como o afetivo são parte indiscutível da análise econômica. Ou melhor, o “intersubjetivo”, para utilizar um termo que não remeta ao discurso do altruísmo feminino e aos bondosos sentimentos de família. Como afirma Beasley (1994), a introdução do componente “imaterial” não será, em nenhum caso, simples, e haverá de se passar por uma desconstrução das noções de emotividade e subjetividade, e por uma superação das coordenadas morais enraizadas no discurso da boa mãe ou da boa esposa. Isso rompe diretamente com as análises econômicas de corte androcêntrico, marcadas pela condição de impessoalidade que o mercado estabelece. Tal corte evitou, historicamente, a realização de análises tanto dos corpos quanto do componente intersubjetivo, gerando desafios conceituais e metodológicos de grande relevância para a análise feminista⁴.

Os cuidados colocam no centro tanto a dimensão afetivo-

⁴ Sobre a negação do corpo sexuado – especificamente, do corpo feminino – no discurso econômico, e o papel que joga na dupla criação da figura do homo economicus como ente abstrato e do mercado como forma de organização social auto-suficiente, ver Hewitson (1999). Sobre a exclusão dos elementos emotivos, Nelson (2003). Sobre a exclusão do pessoal e se isso é um produto de desvios mercantilistas e/ou androcêntricos, tudo isso concretizado no conceito de trabalho subjacente à recuperação feminista do trabalho doméstico, ver o debate entre Himmelweit (1995) e Wood (1997).

relacional – componente subjetivo, imprevisível, irreduzível a momentos ou tarefas concretas e pré-estabelecidas -, como o mais carnal da experiência vivida. Uma vez que se leve em conta esses aspectos, aparece a possibilidade de que “uma mesma atividade possa ter, para algumas pessoas, um substituto de mercado (se a renda permitir) e, por outro lado, que para outras seja totalmente insubstituível.” (Carrasco, 2001a:15). Essa constatação tem fortes implicações analíticas, já que não se pode diferenciar atividades com substituto de mercado das que não o tem. A consideração de que existe uma relação de substituição entre o trabalho não remunerado e a compra no mercado torna-se mais complexa. As esferas não monetizadas não podem ser entendidas, em nenhum caso, nos termos derivados de um paradigma mercantil. Assim, se complica o próprio conceito de trabalho ou, inclusive, do tempo. Beasley (1994) propõe falar do sexo como um dos trabalhos que se dão no espaço doméstico; Hewitson (1999) analisa o componente econômico da gravidez e a incapacidade de entendê-la com as ferramentas analíticas androcêntricas, mesmo se ocorrer a mediação de transações monetárias, como no caso das mães de aluguel. Também aparecem desafios políticos, porque trazer à luz novas dimensões econômicas implica em trazer à tona novas desigualdades sociais.

Assim, visibilizar o componente “material” dos cuidados ligado à noção de trabalho doméstico mostrou uma distribuição extremamente desigual dos trabalhos – e, conseqüentemente, da riqueza – entre mulheres e homens. A noção da divisão sexual do trabalho aparece com uma dupla dimensão: uma clássica, que se refere à divisão por gêneros do trabalho em um sentido amplo (homens = trabalho assalariado; mulheres = trabalho doméstico, não remunerado) e outra mais recente e correlacionada com a anterior, referente ao mercado de trabalho (segmentação vertical e horizontal)⁵.

Podemos dizer que, no lento processo de recuperação das tarefas ocultas das mulheres, objetivo central da economia feminista, os esforços se centraram em revalorizar as tarefas materiais, facilmente apreensíveis pelas ferramentas conceituais e metodológicas iniciais

⁵ A respeito disso, ver Rodríguez e Larrañaga, (2003).

de um paradigma “falo/capitalo-cêntrico” (Cameron e Gibson-Graham, 2003:4), assim como as tarefas associadas ao papel de mãe e esposa. Ficaram de fora tanto a dimensão afetivo-relacional como as questões relativas à mulher do outro lado do espelho, aquela “ativa sexualmente” (Juliano, 2002: 73). Agora, dar visibilidade a essas dimensões sexuais e afetivo-relacionais dos cuidados pode implicar em trazer à luz diferenças entre as próprias mulheres que rompem com a suposta unidade feminina de interesses derivada de uma experiência homogênea de responsabilidade sobre o trabalho doméstico. Para captar todos esses componentes sem dividi-los, assim como sua distribuição desigual por eixos de poder, Precarias a la deriva (2005a e 2005b) propõe falar da estratificação do contínuo comunicativo sexo-atenção-cuidado.

Uma noção semelhante e multidimensional da necessidade de cuidados implica que essa seja uma necessidade de todas as pessoas, em todos os momentos do ciclo vital, ainda que em diferentes graus, dimensões e formas. Tal ideia se contrapõe claramente a um discurso que está se espalhando rapidamente no debate público – também utilizado desde o próprio feminismo –, denominado por Izquierdo de “perspectiva da cura”, e que, segundo essa autora, caracteriza-se pelos seguintes elementos:

Contempla-se o dano ou a necessidade de cuidado como um ato individual. Por outro lado, tende-se a adotar uma perspectiva física, os danos materiais, as agressões físicas são as que costumam produzir maior consternação. Em todo caso, supõe-se uma situação de dependência em uma direção fixa. O cuidador ou cuidadora que somente cuida, o dependente, que só recebe os cuidados. Não se concebe que todos, em toda relação, somos às vezes cuidadores e objetos de cuidados, curadores e objetos de cura (2003: 3).

Ou seja, utiliza-se de um sentido estreito do que seria o cuidado, ligado às dimensões materiais e centrado na condição de dependência, como uma situação individualizada, baseada em um pressuposto de normalidade que marca o desvio, determinando aqueles que não desfrutam de uma saúde ou corpo normais, sem atentar, entretanto, que todo critério de normalidade é uma

construção social.

2.2. A interdependência como eixo analítico e aposta política

É necessário que nos detenhamos brevemente neste assunto, já que é um dos elementos de debate dentro do próprio feminismo. O retrato que, desde o discurso econômico androcêntrico, foi feito das mulheres como seres dependentes de seus maridos e receptoras passivas dos benefícios da atividade masculina foi fortemente combatido, desde a economia feminista. Mostrou-se que a distinção autonomia/dependência era uma distinção falsa que se fundava sobre a negação dos trabalhos não remunerados, e se mostrou como causa direta do pouco acesso das mulheres aos direitos econômicos e sociais. Apontou-se que o sujeito fetiche do liberalismo, suposto indivíduo autônomo, signatário do contrato social, existia com base na negação das expressões de que ele era receptor de trabalhos, graças à existência de um contrato sexual oculto (Pateman, 1988). Porém, agora, corremos o risco de deslocar o eixo que divide a sociedade entre pessoas autônomas e dependentes. No lugar de considerar autônomas/os aqueles que trabalham (usando uma definição mercantilista do trabalho como emprego), se busca passar a usar uma definição mais ampla, que inclua o trabalho de cuidados não remunerado em benefício de pessoas qualificadas como dependentes.

Os problemas são vários. Entre eles: as contribuições daqueles que são vistas/os como dependentes são ocultadas. A dependência se converte em uma situação estática e individualizada ao invés de ser reconhecida como resultado de processos sociais em transformação. É criada uma divisão entre “nós” – as ativas, as que cuidamos, as que elaboramos teoria, as que exigimos a condição de cidadãs plenas – e “as outras” – as receptoras passivas do cuidados, cujas vozes permanecem ocultas. Dessa forma, as próprias necessidades e dependências daquelas/es que cuidam são ocultadas; “constrói-se uma relação assimétrica entre quem necessita dos cuidados e quem fornece os cuidados, enfraquecendo o potencial igualitário da análise” (Bacchi e Beasley, 2004:17). Conjuntamente, perde-se a oportunidade de questionar a própria ideia do indivíduo autônomo

e de exigir a interdependência social.

A aposta se situaria, portanto, na exigência da interdependência, questionando a ascensão de um modelo de auto-suficiência que é frustrante, pois não é factível. Aí se encontra o estresse da “superwoman”, que estabelece relações de assimetria entre aqueles que mais se aproximam do ideal de autonomia e, portanto, à cidadania plena, e aqueles que não. Assim, são ocultadas as vozes e as contribuições de quem é etiquetado/a, de fora, como dependente.

Porém, essa reivindicação pela interdependência não pode existir sem uma revisão da cultura do cuidado, ou seja, da outra dicotomia que acompanha persistentemente o par autonomia/dependência: a do egoísmo frente ao altruísmo⁶. Segundo essa visão, a ideia da “fragilidade do outro” é associada à da “generosidade radical da existência altruísta” (Wyschogrod, 2003: 63). Por exemplo, tem-se a definição de Folbre sobre o trabalho de cuidados, “aquele que se realiza por afeto, ou por um sentido da responsabilidade para com outras pessoas, sem esperar uma remuneração pecuniária imediata” (1995: 76). Essa definição, além de estar muito baseada na distinção entre quem dá e quem recebe cuidados, estabelece uma linha divisória entre aquele realizado por dinheiro, o egoísta, e o realizado por outros motivos não egoístas, o que não permite capturar a natureza do trabalho de cuidados⁷.

Em contraposição a essa perspectiva, a aposta estaria em exigir uma “lógica ecológica do cuidado” (Precarias a deriva, 2005a e 2005b), ou uma “ética do corpo social”, nas palavras de Bachi e Beasley (2003). Assim, foge da exaltação conservadora do sentimento maternal feminino (estratégia para que elas, as altruístas, sigam se encarregando dos trabalhos que não têm cobertura social), mas ao mesmo tempo recupera o que há de positivo na exigência feminista da “ética do cuidado” (o estar pendente das necessidades alheias) e

⁶ Sobre o papel dessa distinção no discurso econômico e suas implicações de gênero, ver Hartmann e Folbre (1988). Já desde Adam Smith constitui-se o egoísmo como motor econômico, a mão invisível do mercado preconizada em *A riqueza das nações* (1759), enquanto o altruísmo se identifica como o motor do não econômico, o reino feminino da família, embasado na Teoria dos sentimentos morais. Para uma análise desse autor, ver Kuiper (2003).

⁷ Uma crítica a essa distinção é Tuominen, 2000.

reconhece as perversidades e desafetos que permeiam as relações de cuidado (o maltrato, inclusive, nas palavras de Izquierdo, 2003). “A revalorização dos cuidados [...] passa pela destruição de certos mitos relacionados à dependência, à família e ao amor” (Precarias a la deriva, 2004: 243). E, desde aí, nos colocamos em um terreno espinhoso.

De um lado, é preciso reconhecer que toda relação de cuidados surge da atribuição de certa responsabilidade (Himmelweit, 2000) e, de outro lado, é necessário deixar espaço para reconhecer o papel das normas sociais, da coação e da imposição. É preciso rechaçar a ideia da “privação de si” em função da exigência de “uma presença continuada e atenta aos assuntos dos outros” (Murillo, 1996: XVI), assim como é necessário reconhecer que os cuidados não remunerados têm sido, historicamente, os que permitiram sustentar a vida no dia-a-dia, e que funcionaram como “a mão invisível da vida cotidiana” (Carrasco, 2001a: 16).

Trata-se, portanto, de uma constatação com fortes implicações analíticas: as pessoas não são autônomas ou dependentes, mas se situam em diversas posições, em um contínuo de interdependência. E assim, por exemplo, não nos servem as categorias fechadas de pessoas ativas ou inativas. Trata-se também de uma aposta política de que, se as coordenadas de organização socioeconômica não mudarem, e não se avançar a partir da primazia atual de uma lógica androcêntrica de acumulação para uma lógica ecológica do cuidado, a interdependência nunca poderá existir em condições de equidade.

Portanto, falar de cuidados é falar de uma necessidade diária de todas as pessoas, ainda que em diferentes graus e dimensões. Negar uma separação estrita entre pessoas autônomas e dependentes não implica negar que existem diferentes situações com diferentes necessidades. Essa diversidade deve ser, de fato, reconhecida e atendida. Mas é preciso que ela seja definida em um debate em que “todas as vozes estarão representadas” (Traustadottir, 1997:49), sem que se suponha a auto-suficiência dos sujeitos que, historicamente, encarnaram a ideia de autonomia. Da mesma forma, é preciso abrir espaço para a noção de que toda necessidade se constrói socialmente e, portanto, também as situações de “dependência” são construídas.

Nessa construção, as relações assimétricas de gênero ocupam

um papel central, construindo uma subjetividade feminina disposta para o cuidado, e uma subjetividade masculina que espera ser cuidada, ainda que não o reconheça⁸. Além disso, o gênero é demarcado também por outros eixos de poder que determinam o que se considera um cuidado adequado. As próprias situações de doença ou incapacidade refletem as desigualdades sociais, e estão profundamente marcadas pela classe. Nas palavras de Hillyer, “a definição do que constitui uma conduta nutricional adequada contém um viés de classe, próprio da classe média, em que a feminilidade requer uma conduta cuidadora que implica tempos, conhecimentos e habilidade de classe média” (1993: 181). Essa consideração é especialmente pertinente, dada a crescente multiculturalidade de nossas sociedades. Reconhecendo essa diversidade, é preciso exigir a interdependência social e romper com essa cadeia que só nos permite o movimento do pensar somente em si, ao pensar somente no resto.

2.3. O contínuo necessidade-trabalho

Dar uma definição ampla da necessidade de cuidados implica em dar uma definição ampla do trabalho de cuidados. Esse conceito é objeto de inúmeros debates no seio da economia feminista (p.e. Hewitson, 2002), e coloca em xeque os limites estreitos da noção de trabalho utilizada pelos discursos econômicos androcêntricos. Trata-se de romper com as limitações da noção de trabalho doméstico e incorporar uma visão multilateral que entrelaça o “material”-corporal ao afetivo-relacional (Harrington Meyer et al., 2000a). Assim mesmo, atravessa a fronteira do monetário, não só porque existem cuidados pagos e outros gratuitos, mas sim porque

⁸ O desbordamento dos cuidados vem majoritariamente do dito envelhecimento da população, ou isso seria assumível si, não houvesse uma multidão de homens que podemos qualificar como dependentes sociais, porque nem sabem e nem querem fazer a própria comida? 71% dos homens dedicam menos de 10 horas semanais ao trabalho familiar doméstico, segundo Carrasco et al. (2004), com o que não cobrem nem suas próprias necessidades; assim, segundo essas autoras, “Se incluímos o trabalho familiar doméstico, habitualmente esquecido, são os homens que resultam ser dependentes das mulheres” (2004: 141).

“desfaz as barreiras entre o âmbito público do trabalho remunerado e o privado do não remunerado” (Harrington Meyer et al., 2000b: 66). Há trabalhos de cuidados gratuitos no âmbito público, e pagos no âmbito privado. A fronteira do monetário sequer pode ser o elemento determinante na hora de diferenciar os diferentes tipos de trabalhos de cuidados.

Dessa forma, Durán (2000), no momento de classificar as formas de cuidado de doenças, considera que o elemento fundamental é o espaço em que se dão, no doméstico ou no extra doméstico, estabelecendo como critério secundário a existência de um salário. Isso nos leva a redefinir as esferas de atividade econômica, ao criar híbridos como o terceiro setor, que é, nas palavras do Grupo de estudo Feminismo e Mudança Social (2001), um “nem, nem”. Nem Estado (ainda que com dinheiro público), nem mercado (ainda que, de certa forma, com uma lógica mercantil), nem lar (ainda que exista trabalho voluntário). Rompe as distinções entre trabalho/ócio e trabalho/consumo, ao introduzir as dimensões afetivas e relacionais e ao permitir falar do auto-cuidado.

Por todos esses motivos, a questão não pode ser compreendida como um conceito fechado, mas sim, ser melhor entendida mediante a ideia de um contínuo que dilua as fronteiras necessidade/trabalho e consumo/trabalho. Da mesma forma, que estabeleça uma linha de continuidade entre o cuidado da saúde e o cuidado da doença, que não determine uma divisão abrupta entre diferentes formas de realizar os cuidados, como o auto-cuidado (aquele que faz uma pessoa para si mesma), o cuidado mútuo (o que se dá em condições de horizontalidade e reciprocidade) e o cuidado a pessoas em situação de “dependência” (onde a reciprocidade está dificultada por alguma causa). E, finalmente, um conceito de continuidade entre os cuidados que reconheça o caráter coletivo do sujeito do trabalho de cuidados. Isso porque a necessidade de cuidados não é coberta nunca por uma pessoa concreta, mas sim por redes sociais com diferentes eixos gravitacionais e graus de responsabilidade e implicação⁹.

⁹ Noção introduzida para o trabalho doméstico por Borderías, (1984), para a deficiência, por exemplo, Hillyer, (1993). Uma aplicação à análise do apoio informal à pessoa idosa é o Coletivo IOÉ (2005).

Esse caráter transversal do trabalho de cuidados – entre o econômico e o não econômico, o material e o imaterial, o trabalho e a vida, o egoísmo e o altruísmo, o público e o privado, a autonomia e a dependência – questiona os limites conceituais e metodológicos nos quais nos acostumamos a estar. Entre outras limitações, encontramos-nos com o fato de a imensa maioria dos dados disponíveis estarem construídos em torno de uma definição estreita da dependência e uma noção instrumentalista e puritana do trabalho de cuidado. Como assinala Juliano, é a “estigmatização (a que) tende a relegar a segundo plano o aspecto de racionalidade econômica que subjaz o trabalho sexual” (2002: 146). Poderíamos argumentar que as barreiras morais ocupam um papel determinante na hora de manter fora da análise econômica todo o componente corporal e sexual.

É, assim mesmo, um conceito arriscado, porque impede delimitar claramente o que é e o que não é trabalho. Porém, esse mesmo conceito abre novas possibilidades. De um lado, muda o foco analítico, que já não gira em torno dos limites do trabalho, senão em torno de suas condições e das relações de simetria/assimetria envolvidas. E, de outro, permite obter uma compreensão ampla da economia como sustentabilidade da vida, tal como se entende nas seguintes palavras de Bosch et al.:

Trabalho, em um sentido amplo, é uma atividade que se desenvolve de maneira contínua e que forma parte da natureza humana. De fato, entendemos o trabalho como a prática de criação ou recriação da vida e das relações humanas. Na experiência das mulheres, trabalho e vida são a mesma coisa. O trabalho nos permite criar as condições adequadas para que se desenvolva a vida humana partindo das condições do meio natural. (2005:9)¹⁰

¹⁰ Essas autoras afirmam que os determinantes que definem o trabalho segundo a economia androcêntrica e, poderíamos dizer, implicitamente presentes no conceito de trabalho doméstico (gasto de energia, existência de custo de oportunidade, relevância do resultado em relação ao processo, exclusão de todo componente pessoal, etc), não é só que não sejam os elementos distintivos do trabalho, mas sim que são os elementos distintivos de uma atividade alienada e empobrecida, a qual foi desprovida de toda relação entre pessoas e com o meio. “Assim, o trabalho-emprego se experimenta como um preço que é preciso pagar para poder subsistir, que supõe

3. A crise dos cuidados e a reorganização do iceberg socioeconômico

Olhando o sistema socioeconômico por uma perspectiva que coloque no centro a sustentabilidade da vida, percebe-se claramente “uma profunda contradição [...] entre os processos de reprodução das pessoas e o processo de acumulação de capital” (Picchio, 1992: 480). Por um lado, encontramos uma lógica de acumulação, na qual a satisfação das necessidades se dá na medida em que isso permite gerar benefícios monetários, acumular capital. Por outro, encontramos uma lógica que poderíamos denominar de “sustentabilidade da vida” (não assimilável ao ideal, antes questionado, do altruísmo) dirigida à geração direta de bem-estar e valores de uso. Essas lógicas são opostas; enquanto, na primeira delas, as pessoas se convertem em um meio destinado a conseguir o fim da acumulação de capital; na segunda, seu bem-estar constitui um fim em si mesmo.

Em algumas ocasiões, as lógicas podem coincidir, mas o conflito está sempre latente. Além do mais, são duas lógicas marcadas pelo gênero, em um duplo sentido material e simbólico. Material, porque se associam a espaços econômicos inscritos de forma diferente à mulheres e homens – a lógica de acumulação prevalece no âmbito do mercado. Já a lógica da sustentabilidade da vida abarca majoritariamente as esferas de atividade econômica não remunerada. É simbólica porque a lógica de acumulação é uma lógica androcêntrica associada à transcendência, instituindo os mercados como símbolo da civilização que se levanta sobre a dominação da natureza:

A conexão do capital com a masculinidade branca proporciona importantes pistas sobre seu funcionamento: seu desapego do objetivo de satisfazer necessidades (que é visto como feminino); sua dedicação ao crescimento, a ser maior e melhor que o outro; seu compromisso com as hierarquias internas;

não só um desgaste energético de quem o realiza, mas também um empobrecimento humano” (Bosch et al., 2005: 11). É então quando aparecem as distinções trabalho/ócio, trabalho/consumo, trabalho/ vida que a noção de cuidados questiona

sua desconsideração das considerações ambientais (Matthaei, 1996:33)¹¹.

Falar desse conflito de lógicas é falar, com outras palavras, do conflito capital-trabalho, mas utilizando uma noção ampla de trabalho, que abarque as atividades não remuneradas e que, como dizíamos antes, não estabeleça uma divisão entre trabalho e vida. Ou seja, que centre a atenção “mas para cá” dos mercados, na sustentabilidade da vida. Se falar desse conflito não é novo no âmbito do pensamento econômico crítico, é novo afirmar o papel que ocupam todas as esferas econômicas não monetarizadas. E, sobretudo, fazê-lo tendo como eixo analítico os processos sociais de satisfação de necessidades, e não os processos de acumulação de capital.

Se a satisfação simultânea de ambas as lógicas não é possível, cabe perguntar como se resolve esse conflito. A “resolução” só pode passar pela concessão de prioridade a uma delas. “Entre a sustentabilidade da vida humana e o benefício econômico, nossas sociedades patriarcais capitalistas optaram pelo último” (Carrasco, 2001a: 28). Os mercados se instituíram no epicentro da estrutura socioeconômica, implicando a negação de uma responsabilidade social na sustentabilidade da vida. Essa responsabilidade, que alguém deve assumir e que irá recair em algum lugar para que a vida continue, foi sendo relegada às esferas invisibilizadas da economia, onde se absorvem as tensões, e onde o conflito é socialmente aceitável, ao permanecer oculto.

Portanto, nas sociedades que colocaram os mercados e sua lógica androcêntrica de acumulação como central, o sistema socioeconômico toma a forma de um iceberg, onde as esferas de atividade econômica permanecem divididas em função da lógica operante em

¹¹ Essa visão da civilização como dominação da natureza e a conseqüente desvalorização dos trabalhos não remunerados não é exclusiva da economia neoclássica. A definição de Marx de trabalho humano como aquele que permite um desapego progressivo das necessidades animais supõe, implicitamente, considerar que o trabalho das mulheres nos lares, na medida em que parte tem a ver com a reprodução biológica, é menos que humano (Di Stefano, 1991). Esse é um dos pontos onde se conectam a economia feminista e a economia ecológica (para uma análise da relação entre as duas, ver Bosch et al., 2005).

cada uma delas. A invisibilidade daquela através da qual, em última instância, são garantidas as necessidades da vida e são absorvidas as tensões é imprescindível para manter vivo o sistema.

Um ponto privilegiado desde o qual se pode observar essas questões são os cuidados: a imensa maioria dos quais se dá sem transações monetárias, e onde a “lógica de sustentabilidade da vida” se exercita cotidianamente - já que cuidar é, precisamente, gerenciar a vida e os corpos no dia-a-dia. Em função disso, as tensões com a lógica de acumulação são mais agudas e facilmente perceptíveis quando ambas entram em choque. O choque pode acontecer pela ocupação do mesmo âmbito – surgindo dificuldades para ajustar cuidados de qualidade quando se dão através do mercado e, portanto, estão sujeitos a uma pressão produtivista de obtenção de lucros (Himmelweit, 2000; Stone, 2000). Ou por afetar o mesmo sujeito – situando-se, aqui, as dificuldades de “conciliação da vida de trabalho e familiar”, nitidamente visíveis na hora de combinar os tempos que o mercado exige das pessoas empregadas e os tempos que os cuidados exigem (Carrasco, 2001a). As mudanças na cobertura dos cuidados implicam em uma reorganização desse iceberg econômico, cuja base invisível é protagonizada por mulheres, ainda que o modelo de protagonismo feminino vá passando do que denominaremos uma presença-ausente à uma dupla presença/ausência.

3.1. A presença ausente feminina e a quebra do modelo

Dizíamos que a crise dos cuidados que estamos presenciando se desencadeia pela quebra de um modelo prévio de divisão dos cuidados. Qual era, então, esse modelo? Em poucas palavras, podemos assinalar algumas características centrais. A estrutura socioeconômica se organizava em torno de dois âmbitos claramente diferenciados, com trabalhos, espaços, lógicas e protagonistas distintos. Por um lado, estava o âmbito do público, da economia monetarizada, onde operava a lógica da acumulação. Por outro, o espaço do privado-doméstico, da economia não monetarizada, onde as mulheres realizavam os trabalhos de cuidados não remunerados.

Essa estrutura se sustentava em uma estrita divisão sexual do trabalho, que funcionava em nível macrossocial e que existia de

forma micro na família nuclear tradicional como norma social. O casal heterossexual como uma divisão rígida dos papéis homem = provedor / mulher = dona-de-casa funcionava como a base sobre a qual se levantava a estrutura do mercado de trabalho e do estado de bem-estar. O mercado assumia que os trabalhadores (assalariados) eram uma espécie de cogumelos ou “fungo de Hobbes” (Carrasco et al., 2004) que brotavam livres de cargas ou necessidades de cuidados, plenamente disponíveis para o emprego.

Contudo, esse trabalhador ideal só existia se havia quem, na retaguarda, assumia a responsabilidade de manter a vida no dia-a-dia. Nesse momento aparecia a figura da dona-de-casa plenamente disponível para o trabalho de cuidados. E era sobre esse casal heterossexual, baseado na assimetria, ainda que parecesse completar-se, que se levantava o estado do bem-estar, com uma estrutura de “prestação de serviços” organizada em torno da família e da distinção entre direitos plenos para os indivíduos autônomos e direitos derivados para as cidadãs de segunda. Para elas, o acesso aos direitos econômicos e sociais estava mediado por suas relações familiares com eles.

Portanto, toda essa quantidade de trabalho de cuidados não remunerado formava parte da base invisibilizada que sustentava o conjunto da estrutura. A fronteira da (in)visibilidade estava estritamente associada a uma divisão de espaços (público/privado) e a uma barreira monetária (trabalho remunerado/trabalho não remunerado). As mulheres tinham uma “presença ausente” (Hewitson, 1999) no sistema econômico: assumiam responsabilidades, mas sua atividade deveria ficar oculta, porque só assim seria possível maquiagem o conflito entre a acumulação e o cuidado da vida, e criava-se a ilusão de que os mercados eram auto-suficientes; e os trabalhadores assalariados, autônomos. Sob este modelo, os cuidados estavam socialmente garantidos. Um tema à parte é se eles estavam garantidos adequadamente.

Contudo, a família nuclear fordista era mais uma norma social que uma realidade; funcionava como ideal de vida, mas não era acessível para amplos segmentos da população. Muitas mulheres da classe operária deviam se responsabilizar, simultaneamente, pelos trabalhos de cuidados não remunerados, assim como por algum

tipo de trabalho assalariado. Precisamente, a incapacidade inicial da economia feminista de captar essa realidade, pressupondo que o papel de dona-de-casa era uma experiência universal de todas as mulheres, desatou as críticas dentro do próprio feminismo. Desvendar o papel da divisão sexual do trabalho resultou como algo básico para entender a situação econômica das mulheres. Entretanto, assumindo assim que a família nuclear era sempre sua concretização micro-social supôs a universalização das experiências das mulheres heterossexuais brancas e burguesas para o conjunto da população feminina.

Foi necessário desenvolver outros conceitos que tentaram enfrentar esses desvios classistas: assim, surge a noção de que o sujeito feminino do trabalho doméstico não era um sujeito individual, mas sim coletivo. Ou seja, quando as mulheres iam ao mercado de trabalho, eram outras redes de mulheres supriam sua ausência (Borderías, 1948): a presença ausente feminina não era tanto uma experiência individualizada, mas sim social¹². Assim mesmo, se a figura da dona-de-casa estava invisibilizada, as mulheres que deviam combinar essas responsabilidades domésticas com um trabalho assalariado viviam imersas em uma dupla invisibilidade (Borderías, 1993), escondendo o emprego no lar para não errar em seu papel de mães e esposas, e negando suas cargas familiares no mercado de trabalho para cumprir com seu papel de assalariadas plenamente dedicadas a seu emprego.

Dessa falsa homogeneidade da experiência feminina surgiram inúmeros problemas, entre eles, a exigência de mudanças ou direitos que, supostamente, favoreciam a todas as mulheres, mas que, na prática, refletiam os interesses das mulheres que usurpavam as vozes do resto. Essa experiência deve ser um incentivo para a reflexão sobre

¹² O qual se relaciona com a consideração da heterossexualidade não como um regime de relações sexuais individualizadas, mas como um sistema político de relação entre coletivos sociais. Sem haver espaço e tempo para adentrarmos nesse debate, assinalemos que o papel que ocupam fatores como a orientação sexual e a identidade de gênero na economia não foi analisado até recentemente (sobre o papel das identidades, ver, por exemplo, Hwitson, 2002; sobre a orientação sexual, o número especial de *Feminist Economics* 4(2) editado por Lee Badgett e Prue Hyman ou diversos artigos de Gluckman y Reed, eds., 1997).

como está sendo o processo atual de debate em torno dos cuidados, e para nos perguntamos se, realmente, estão sendo incluídas as vozes de todas as mulheres, ponto ao qual retornaremos depois.

Esse modelo está começando a se quebrar, por inúmeros motivos. Entre eles, os habitualmente mencionados são: o envelhecimento da população, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a mudança das unidades de convivência. Sobre o segundo fenômeno, cabe-nos assinalar que a diminuição da disponibilidade para o trabalho não remunerado, se é fundamental em si mesma, o é mais ainda como reflexo de uma modificação dos papéis de gênero, da “transformação da identidade social feminina que, tendenciosamente, não privilegia forçosamente a família como âmbito de auto-reconhecimento e legitimação de seu papel social” (Bimbi, 1989: 102).

Sobre a mudança nas unidades de convivência, nos cabe incidir em questões como o aumento dos lares unipessoais ou mono-parentais. Mas também em outros aspectos menos reconhecidos, como a perda de tecido social que acentua a vulnerabilidade das pessoas e a busca de soluções individualizadas, elementos intimamente conectados com o desenvolvimento de núcleos urbanos a serviço das necessidades do capital, em detrimento da qualidade de vida das pessoas. As mudanças simultâneas na necessidade de cuidados e na forma de cobri-los estão também relacionadas com outros fatores que normalmente são considerados como alheios, tais como a crescente precariedade vital que implica em um incremento da necessidade de cuidados, ao mesmo tempo em que uma menor possibilidade de cuidar e ser cuidada/o.

Por um lado, as situações de “dependência” refletem variações nos níveis de vidas e nas desigualdades sociais. Por outro, a precariedade significa degradação de serviços públicos, insegurança na disposição de recursos monetários e, portanto, na possibilidade de comprar cuidados e na piora das condições em que se dá o trabalho de cuidados gratuito (Río e Péres Orozco, 2004) – ou a mudança no que se tem como cuidados adequados. Assim, dispara-se uma tendência à mercantilização do auto-cuidado e, inclusive, do cuidado mútuo. Conjuntamente, todos esses elementos, no mínimo, implicam em uma urgência na redistribuição dos cuidados

e em uma reorganização de sua forma de acompanhamento.

3.2. A redistribuição dos cuidados?

Dada a amplitude do que poderíamos tratar, e a complexidade dos dados sobre cuidados – devido a suas limitações conceituais e à sua dispersão -, vamos nos limitar a abarcar algumas questões conceituais e assinalar algumas tendências centrais. Primeiramente, atenderemos aos agentes sociais que estão se encarregando de responsabilidades sobre o cuidado da vida (Estado e mercados). Daí deriva o fato de essas responsabilidades seguirem recaindo sobre os grupos domésticos, dentro dos quais são assumidas pelas redes de mulheres e, com certa recorrência, a serviços externos (de mercado ou públicos), em um processo de externalização do lar (Precarias a la deriva, 2005a) que implica em um aprofundamento das diferenças entre as próprias mulheres, assunto que abordaremos em segundo lugar.

3.2.1. A negação de direitos e o crescente protagonismo mercantil

Sobre o papel que tem ocupado o Estado nesses momentos de reorganização, cabe dizer, em poucas palavras, que não se está produzindo uma redefinição da estrutura de direitos sociais e econômicos que implique em uma ruptura com o modelo tradicional de divisão dos trabalhos. Esse modelo delega os cuidados ao âmbito do invisível, estruturando os direitos em torno da unidade familiar e estabelecendo diferentes graus de acesso à cidadania. As reivindicações feministas de individualização e universalização dos direitos são exatamente isso, ainda reivindicações – que nem sempre vão unidas. A primeira delas se refere à exigência de que a titularidade dos direitos seja individual e não familiar. A segunda se refere a que a causa que dá origem aos direitos não seja uma prévia contribuição social, senão a própria condição de cidadania (para um debate, ver Villota ed., 2000).

Os serviços de cuidados estão, nas palavras de Bettio e Platenga (2004), “subdesenvolvidos”, sendo o Estado Espanhol um dos casos

mais típicos dos países europeus que “parecem delegar toda a gestão dos cuidados às famílias”. Em sua comparação entre diferentes regimes de cuidados (Bettio e Platenga, 2004:99), a Espanha aparece com uma baixa pontuação em todos os índices construídos pelas autoras para captar o grau de desenvolvimento das diversas estratégias de cuidado formal, extremo que nenhum dos outros países analisados alcança (da União Europeia são quinze Estados, exceto a Suécia). A esse debate público sobre o quarto pilar do estado de bem-estar, que apontamos a princípio, está implícita a afirmação de que é preciso remediar a situação de vulnerabilidade a qual gera a inexistência do direito a ser cuidada/o em caso de dependência. Seguindo esse raciocínio, podemos afirmar que a negação de direitos que se está produzindo é muito mais ampla e complexa¹³.

Mais ampla porque não somente se nega à população que se define como dependente o direito de ser cidadã, mas também ao conjunto da sociedade, já que não existem garantias, em geral, de acesso a condições dignas de vida. E, se essas palavras soam demasiado amplas, podemos concretizá-las, por exemplo, na negação do direito ao tempo. Não existe um direito socialmente garantido ao tempo de qualidade, sendo este um elemento determinante do bem-estar. Tal carência adquire especial repercussão nas sociedades industrializadas, e um marcado componente de gênero que se esconde no conceito de “pobreza de tempo” (Floro, 1995). Não existe um direito completo para cuidar (por exemplo, para abandonar o mercado de trabalho por desejo ou necessidade de cuidados), nem ao não cuidar (por exemplo, vagas suficientes em escolas infantis/creches). Muito menos um direito combinado para que se possa decidir sobre o trabalho de cuidados, ou seja, que se conjugue o acesso ao cuidado em condições dignas, com a existência de um grau suficiente de desfamiliarização¹⁴. Trata-se, portanto, de uma negação concatenada

¹³ Um fio, quiçá, excessivamente pobre, porque abarca uma noção muito individualista dos direitos; porque não questiona quais são os agentes ou redes sociais que devem garanti-los, dando por garantido que serão as instituições públicas; porque estabelece uma clara separação de questões que estão unidas, como o acesso à educação, à saúde, e às pensões; porque se marca nas fronteiras que delimitam quem é e quem não é cidadão etc. Mas, ao fim e ao cabo, um fio que se deve utilizar.

¹⁴ Com esse termo, desde a literatura econômica feminista (originário de Mc-

de direitos.

Ainda, essa negação não é uniforme. Assim, depende, por um lado, do vínculo existente entre as pessoas envolvidas em uma relação de cuidados: quem tem direito a cuidar (ou a não cuidar) de quem e quais formas de convivência adquirem legitimidade social. A explosão de modelos de convivência não implica problemas só porque aparecem lares com muitas pessoas qualificadas como dependentes e poucas (ou nenhuma) pessoas consideradas autônomas. Também cria desigualdades sociais em função do reconhecimento legal dos vínculos, cria estratificações sociais segundo o modelo se aproxime ou se distancie do que segue sendo a referência: a família nuclear heterossexual. A negação de direitos também depende da posição da pessoa sujeito de direitos, marcada pelo gênero, pela classe, pela raça/etnia. Os direitos não existem em abstrato, há níveis de reconhecimento, regulação e exercício que mediam o acesso concreto de cada sujeito a eles.

Podemos pincelar situações diferenciadas para ilustrar essa afirmação. Aos homens locais, os papéis de gênero garantem certo direito a não cuidar; porém, por isso mesmo, resulta-lhes mais difícil aderir aos (escassos) direitos, teoricamente neutros frente ao gênero, de cuidar. O direito de cuidar se converte em dever para as mulheres autóctones, na medida em que o grau de desfamiliarização é sumamente baixo. Mas, ao mesmo tempo, se converte em privilégio social, na medida em que se associa a uma certa norma de gênero e é negado ou dificultado para as mulheres que se distanciam dela, tais como mulheres migrantes, lésbicas, deficientes, entre outras (Traustadóttir, 2000).

No caso das mulheres migrantes, a separação física de suas famílias

Laughlin e Glendinning, 1994), pretendeu-se complementar a noção de desmercantilização (Esping-Andersen, 1990) como critério para determinar o grau de bem-estar garantido em uma determinada sociedade. O bem-estar se entende como a possibilidade de se desvincular do trabalho sem que haja consequências negativas nessa decisão. A desmercantilização se refere à renúncia ou perda do trabalho assalariado, mantendo um nível de vida adequado. Usar esse conceito como medida única do bem-estar é falar apenas desde a ótica masculina de vinculação com o emprego. Visão parcial que se pretende remediar ao falar da desfamiliarização, como a possibilidade de renunciar ao trabalho de cuidados não remunerado sem que esses cuidados deixem de ser proporcionados às pessoas que os necessitam.

(derivada, entre outras causas, das restritivas leis de migração) ou as condições trabalhistas, por exemplo, das empregadas domésticas ou de muitas trabalhadoras agrícolas (Coletivo IOÉ, 2001), implicam uma grande dificuldade ou, inclusive, impossibilidade absoluta de “conciliar sua vida de trabalho e familiar”. O direito a cuidar também é negado, em grande medida, às mulheres com deficiência, que são vistas como objeto de cuidado, e não sujeitos. Além disso, em todos os casos aparecem elementos de complexidade e contradição adicionais.

Assim, as mulheres migrantes seguem submetidas, desde seus países de origem, à exigência social de cumprir com seu papel de cuidadoras, ainda que a forma e o conteúdo dos cuidados se transformem e deem lugar a novas modalidades de família, com vínculos que atravessam a distância física, dando lugar às denominadas famílias transnacionais (Salazar Parrenas, 2001). Similarmente, enquanto muitas mulheres com deficiência veem ser negado seu direito a serem mães – exemplo disso é a promoção da esterilização -, a forma através da qual pretende-se inseri-las socialmente costuma passar pelo reforço do seu papel de cuidadoras do resto de sua família (Coletivo IOÉ e CIMOP, 1998).

Podemos concluir que não se trata simplesmente de falar de uma negação homogênea do direito a ser cuidada/o em caso de dependência, mas sim da negação, estratificada por eixos de poder, do direito a se envolver em relações de cuidados satisfatórias e livremente escolhidas.

Os mercados e as empresas privadas são outro agente social que não está assumindo responsabilidades no cuidado da vida, ainda que estejam ampliando seu protagonismo no âmbito dos cuidados. É imprescindível distinguir essas duas tendências. Por um lado, os mercados encontraram nessa dimensão uma nova área de obtenção de lucros, processo que está intrinsecamente ligado à feminização do trabalho, tanto no que concerne ao seu conteúdo como a suas condições. É um processo pelo qual “o conteúdo e as condições de trabalho hoje, impostas depois de violentas reestruturações, não são mais que a extensão tendencial das características do trabalho, tanto assalariado como não assalariado, que estrutural e historicamente corresponde às mulheres, ao trabalho no sentido genérico” (Malo,

2001).

No Estado Espanhol, a opção de compra no mercado é, ainda, limitada, muito mais do que em outros países europeus (VV. AA., 2004), mas está crescendo. Atualmente, é ainda uma oferta heterogênea, desestruturada e fragmentada, em grande medida pelo peso do setor informal (Carrasco e Rodríguez, 2000). Para captar suas variações, é preciso recorrer não unicamente a questões tradicionalmente consideradas econômicas, mas sim (ou também) a fatores que a economia feminista se esforça por mostrar, que não são alheios ao sistema econômico. Assim, por exemplo, para Carrasco e Rodríguez, a proporção ainda limitada de serviços de cuidados que se dá através do mercado não se deve tanto a uma inibição da oferta devido ao baixo nível de benefícios, mas sim à inibição da demanda devido a “uma ética altruísta do cuidado culturalmente associada à maternidade” (2000: 52).

Por outro lado, essa transferência de cuidados ao mercado supõe uma expansão da lógica de acumulação a um novo âmbito. E, com isso, um conseqüente aumento da desigualdade social, em função de que as pessoas ou famílias podem ou não pagar pelos serviços de mercado ou, sobretudo, em função da qualidade do serviço que possam se permitir. Mas não há uma responsabilização sobre o cuidado com a vida por parte das empresas, que seguem funcionando com base no modelo do “trabalhador ideal” - “fungo de Hobbes”. Diversos fatores, como a precarização do emprego (ligada à feminização do trabalho) e a desregulamentação trabalhista implicam em uma diminuição dessa responsabilidade, já que significam uma maior disponibilidade das pessoas para as necessidades dos mercados.

Entre o papel, sumamente deficiente, do Estado na provisão de cuidados e o papel do mercado, não existe uma grande separação, já que muitos dos serviços públicos de cuidado apresentam algum grau de privatização. Neste terreno intermediário aparece também com força o terceiro setor, esse “nem-nem” já apontado. O mesmo abarca toda uma série de organizações sem intenção de lucro - ao menos teoricamente. Essas organizações realizam serviços de cuidados de forma gratuita, com base, parte em trabalho assalariado, e outra grande parte no trabalho não remunerado (voluntariado), cuja

análise excede a capacidade deste texto. Essa é mais uma mostra das deficiências de uma análise econômica ainda acorrentada pelos limites conceituais e metodológicos herdados de paradigmas mercantilistas, os quais não conseguem unificar o estudo do monetarizado com o do não monetarizado.

3.2.2 As redes de mulheres e a dupla presença/ausência feminina

O fato de que nem o Estado e nem os mercados assumem a responsabilidade sobre os cuidados implica em que essa volte a recair sobre os grupos domésticos, os quais seguem sendo os gestores cotidianos da vida. Ao falar de grupos domésticos, ainda que deva-se considerar sua diversificação, como comentamos anteriormente – para a qual deverão desenvolver-se ferramentas analíticas¹⁵ – temos que enfatizar o papel que a família consanguínea¹⁶ ainda tem na

¹⁵ Frente ao individualismo metodológico da economia neoclássica e a consideração da classe social como unidade analítica de grande parte da economia heterodoxa, a economia feminista aposta por tomar o grupo doméstico como unidade analítica básica, com um posterior descenso a analisar as relações (de poder) interpessoais. Contudo, o grupo doméstico também não é uma realidade simples, já que atravessa as fronteiras espaciais (por exemplo, as famílias transnacionais comentadas) e as marcadas pela sangue ou os vínculos legais (por exemplo, pessoas jovens com vínculos de amizade); assim mesmo, uma mesma pessoa pode participar em mais de um núcleo de decisão econômica. Para captar a gestão cotidiana de estratégias econômicas nas quais as pessoas estão envolvidas, é preciso habilitar o estudo de redes sociais com diferentes âmbitos de atuação e eixos gravitacionais. Assim, cabe insistir na ideia de que o sujeito do trabalho de cuidados é um sujeito coletivo; os cuidados são majoritariamente realizados por redes de mulheres.

¹⁶ Aqui, devemos chamar a atenção sobre um elemento de peculiar interesse para o feminismo, que pretende fomentar formas de vida mais satisfatórias e plurais para as mulheres que a família nuclear tradicional. Atualmente, estamos presenciando uma tensão entre o florescimento de formas de convivência baseadas em relações livremente escolhidas e o recurso final à família consanguínea quando as dificuldades vitais se agravam. A inexistência de uma responsabilidade social no cuidado da vida implica que as relações de cuidado, normalmente, se dão em circunstâncias muito duras e, nesses casos, o refúgio final segue sendo o da família tradicional. Tudo isso nos leva a afirmar que, enquanto não seja feita uma redistribuição social de responsabilidades e uma mudança profunda de estruturas socioeconômicas, será muito difícil a consolidação de formas de convivência livremente escolhidas; para

sociedade.

A reorganização dos cuidados no seio de cada grupo doméstico, apoiada, em ocasiões, no acesso a serviços públicos, tem um claro componente de classe, diretamente ligado à disponibilidade de renda. O Coletivo IOE distingue entre “desprivatização ou mercantilização do espaço doméstico” (2001: 766), que acontece nos lares de renda alta, e a intensificação do trabalho doméstico, que se dá nos lares de baixa renda, havendo, entre ambos setores, uma ampla margem de famílias. Em todo caso, em seu interior, as relações sociais de gênero dão essas responsabilidades para as mulheres. Pode-se dizer que os homens, a nível coletivo, não assumem uma responsabilidade, mais além de negociações individuais ou de um ligeiro incremento do que deve qualificar-se mais como ajuda do que como redistribuição de tarefas.

Está se produzindo uma mudança do modelo previamente normativo de presença masculina no mercado/presença feminina no privado, para um novo modelo de onipresença masculina no mercado/dupla presença feminina (Carrasco et al., 2004). Os papéis das mulheres estão mudando, mas os papéis masculinos não estão sendo igualmente modificados. O que se vê, por exemplo, na resistência masculina em adaptar os ritmos e formas de trabalho assalariado às diferentes necessidades de cuidados - processos que estão crescentemente sendo analisados pelos denominados estudos de masculinidade (por exemplo, McMahan, 1999).

É, portanto, no seio do coletivo feminino que se está produzindo a redistribuição dos cuidados, a qual segue sendo uma responsabilidade marcada pelo gênero. Podemos dizer que o rechaço ao trabalho doméstico proposto pelo feminismo da emancipação chegou a um limite, aquele que estabelece a fronteira da reprodução social – fator que também demarca o limite que as comunidades rurais estabelecem à exploração da terra, segundo Dalla Costa (2004).

A experiência feminina da presença ausente está se transformando em uma dupla presença/ausência, conceito com o que se pretende

isso, é preciso mais do que modificações legislativas no Código Civil e, inclusive, mais do que uma revolução sexual.

captar “esse estar e não estar em nenhum dos lugares [o mercado e o trabalho de cuidados não remunerado], e o sofrimento e limitações que tal situação comporta” (Izquierdo, 1998: 356). Ou seja, é um conceito que remete ao conflito estrutural de lógicas; à necessidade de que os espaços onde se resolve a vida sigam sendo invisíveis; e aos problemas que aparecem quando as duas lógicas se sobrepõem na experiência cotidiana das mulheres. Também remete às mil estratégias individuais¹⁷ que as mulheres desenvolvem para suportar a tensão em termos de gestão de tempos, espaços e recursos, e que se baseiam, ademais, em uma transferência de trabalho de cuidados entre as próprias mulheres, em função dos eixos de poder. Esse conceito, indo mais além do vitimismo de falar da sobrecarga de trabalho das mulheres – ainda que também a demonstre - adiciona uma dimensão de rebeldia ao reivindicar a “resistência feminina em assumir as dicotomias e as fragmentações sociais derivadas de sua situação entre dois mundos, regidos por lógicas diferenciadas, e que permite pensar formas alternativas de organização social” (Borderías e Carrasco, 1994: 91).

De novo, afirmar que as mulheres têm uma dupla presença/ausência no sistema socioeconômico não significa falar de cada mulher individual, mas sim em nível coletivo. Assim, as posições femininas são múltiplas, resultando em fortes relações de intercâmbio de trabalho de cuidados entre elas. Uma das linhas fundamentais desse tipo de relação – de maior importância nas famílias de classe média-baixa - dá-se no seio da família extensa, seguindo “uma dupla lógica de consanguinidade e de gênero” (Tobio, 2002: 22). A outra via de redistribuição principal – baseada na externalização do lar – segue eixos de estratificação social, tais como a classe e a etnia. Os trabalhos de cuidados remunerados têm lugar tanto no sistema doméstico como no extradoméstico. Porém, no primeiro, levam consigo a invisibilidade própria do espaço, legalmente recolhida

¹⁷ “Na realidade, as estratégias aplicadas pelas mulheres para reduzir sua carga de trabalho e sua dependência dos salários alheios são várias, apesar de que, de maneira geral, seguem permanecendo isoladas no contexto familiar e desenvolvendo uma luta individual” (Picchio, 1992: 468). Esse aspecto é fundamental, já que se tratam de negociações isoladas no seio de cada grupo doméstico, faltando-lhes, portanto, o potencial transformador de uma luta coletiva.

na existência de um Regime Especial de Seguridade Social para os Empregados do Lar, que pode ser interpretado como uma clara discriminação indireta contra as mulheres.

Apesar das diferenças, esses dois tipos de trabalho de cuidados remunerados podem ser qualificados como precários, no que diz respeito ao tipo de contrato, duração, salários etc¹⁸. Isso significa que apresentam diversas dimensões e graus de invisibilidade relacionados a: vulnerabilidade, baixos salários, alto grau de informalidade, poucos ou deficientes benefícios associados, pouco reconhecimento das qualificações exigidas, baixa valorização social, alto grau de rotatividade, imprevisibilidade e flexibilidade horária, definição deficiente das responsabilidades, etc. Essas condições de invisibilidade, que não são uniformes, relacionam-se com o processo de feminização do trabalho e com a estratificação do contínuo sexo-atenção-cuidado, e dão lugar ao que se denominou um processo de “hipersegmentação sexual do trabalho” (Vega, 2001).

Pode-se dizer que os problemas da crise dos cuidados se transferem de umas mulheres a outras com base em de eixos de poder, em uma grande cadeia da qual os homens estão sistematicamente ausentes – ou, em todo caso, presentes unicamente na reta final. Como aponta Hochschild (2001), muitas vezes os beneficiários finais das cadeias mundiais de afeto são homens donos das empresas (às vezes, de cuidados) nas quais trabalham as mulheres locais.

Essas cadeias atravessam as esferas do não monetarizado, do espaço doméstico e, inclusive, das nações. O máximo expoente são as denominadas cadeias mundiais do afeto e da assistência (Hochschild, 2001), ou cadeias globais do cuidado (Precarias a

¹⁸ O trabalho de cuidados no sistema extradoméstico se caracteriza por apresentar um pequeno número de empregos estáveis e com altas qualificações e uma maioria de empregos com baixos salários e poucas possibilidades de mobilidade profissional (OECD, 1998), sendo o Estado Espanhol um dos países onde o segmento inferior é maior (Stark e Regné, 2002). No trabalho doméstico, também há condições diversas, associadas a eixos de poder. Assim, a porcentagem de mulheres migrantes é maior quando mais desfavorável é a modalidade de emprego, ocupando só 10% do emprego fixo externo e 5% do externo por horas, que são os que apresentam melhores condições e maiores salários. Assim mesmo, dentro de cada subsetor, as mulheres migrantes realizam mais tarefas, trabalham mais horas e têm um salário/hora inferior ao das nativas.

la deriva, 2004), formadas por mulheres em diferentes pontos geográficos, as quais transferem cuidados para outras. Um extremo da cadeia pode ser uma mulher em um país pobre que cuida (de forma remunerada ou não) de familiares de outra mulher, a qual precisou migrar e que, por sua vez, está cuidando de familiares de uma mulher em um país rico, para que ela possa trabalhar.

Essas cadeias são o expoente visível da transnacionalização da crise dos cuidados, a exportação do problema – sem chegar a resolvê-lo –, baseada em considerações de hegemonia econômica global e em relações globais de poder de gênero, de etnia e de classe. Essa drenagem global de recursos, não só em termos materiais, mas também afetivos, mostra a inter-relação entre as estratégias cotidianas das mulheres para levar adiante suas responsabilidades de cuidados e as desigualdades globais.

4. O desfecho reacionário da crise

Esses processos de redistribuição dos cuidados são insuficientes, e continuam existindo cuidados insatisfeitos e, sobretudo, insatisfatórios. Mas, além disso, é uma solução reacionária, porque reforça os eixos de organização socioeconômicos anteriores. Os mercados ainda estão situados no epicentro da estrutura socioeconômica, e sua lógica de acumulação se expande a novas esferas. Continua, portanto, a não existir uma responsabilidade social com o cuidado da vida, que permanece relegada à invisibilidade. E é aqui onde se produzem as mudanças, já que as dimensões da invisibilidade se transformam, deixando de estar tão firmemente associadas ao espaço doméstico e ao não monetarizado.

Ao mesmo tempo, os cuidados se redistribuem no seio do coletivo feminino. A desigualdade na divisão do trabalho de cuidados tem, crescentemente, um caráter mais inter-familiar do que intra-familiar, mantendo-se a relevância do gênero, ainda que estruturado por outros eixos. A re-estratificação sexualizada do contínuo sexo-atenção-cuidados é ligada a uma re-estratificação dos direitos. Já não se trata, se é que alguma vez se tratou, da existência da dupla cidadania, da qual falava Hernes (1987), mas sim de uma crescente

segmentação do acesso à cidadania. O sistema econômico segue apresentando a forma de um iceberg, baseado na ficção social da existência de indivíduos e mercados autônomos. Nas palavras de Izquierdo: “Essa tensão entre a independência e a dependência é suportada concebendo uma cidadania feita à base de exclusões, todas elas relacionadas com diferentes dimensões do cuidado” (Izquierdo, 2003: 5).

4.1. A conciliação impossível?

Está se expandindo um discurso que afirma que essas questões podem ser resolvidas às margens da estrutura atual, seguindo quatro eixos de atuação: a busca do pleno emprego de qualidade; a atenção à dependência; a conciliação da vida de trabalho e familiar; e a redistribuição do trabalho de cuidados não remunerado entre mulheres e homens dentro dos lares¹⁹. Os três primeiros objetivos são vistos como alcançáveis e desejáveis; e mais, como duas caras da mesma moeda, com relação aos problemas econômicos das mulheres. Os serviços de conciliação e atenção à dependência não apenas vêm para solucionar o problema do excesso de carga de trabalho das mulheres e as dificuldades para compatibilizar seus empregos com o trabalho de cuidados não remunerado, mas também são uma fonte importante de criação de postos de trabalho (remunerado). Trata-se, portanto, de trazer para o âmbito do público e do monetarizado a parte visível do iceberg, grande parte dos trabalhos que hoje em dia são invisíveis.

Esse texto, pelo contrário, afirma que essa parte invisível e

¹⁹ Os termos são capciosos. Já comentamos sobre os problemas de utilizar um conceito semelhante ao de dependência. Igualmente, ao falar de conciliação da vida de trabalho e familiar, podemos fazer várias críticas. De um lado, o termo conciliação nega o conflito social de lógicas e implica a existência de desajustes conjunturais entre esferas compatíveis. De outro, reduzir o termo trabalho ao âmbito do emprego supõe, de fato, uma renúncia à luta histórica pelo reconhecimento de que há trabalhos que não são pagos. Por sua vez, identificar tudo que não é trabalho (ou seja, não é emprego) com a família implica não reconhecer a pluralidade de formas de convivência e de trabalhos não remunerados e, sobretudo, não reconhecer que o relevante é o conflito entre as esferas do trabalho remunerados sujeitas a uma lógica produtivista e o conjunto da experiência vital.

excluída é um requisito indispensável para o funcionamento do sistema pelas atuais regras de organização socioeconômica. Não se trata de recuperar o pleno emprego, porque ele nunca existiu, mas o que houve baseou-se em exclusões múltiplas: a apropriação dos trabalhos gratuitos das mulheres, exploração da natureza e a exploração de países do Sul. Pretendemos seguir esse jogo de exclusões colocando-nos, agora, na parte favorecida? Os direitos de quais mulheres queremos que sejam reconhecidos? Por que a crítica às leis de migração, que permitem a existência de um trabalho de cuidados remunerado em péssimas condições, ou a luta pela mudança do regime de seguridade social do emprego doméstico não são parte do discurso da conciliação?

Por outro lado, estamos sendo testemunhas da tergiversão da argumentação e a perversão das reivindicações feministas: a exigência de serviços públicos de cuidados com emprego de qualidade dá lugar à aparição de serviços privatizados, cuja rentabilidade se fundamenta no emprego precário e/ou na baixa qualidade dos cuidados. A aposta pela flexibilidade horária e espacial em benefício das pessoas empregadas se transforma em uma flexibilidade majoritariamente dirigida às mulheres e em benefício da empresa. Cria-se uma ginástica política em que o fomento da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens se transforma em argumento para flexibilizar e desregular o mercado trabalhista. E assim sucessivamente²⁰.

Sobre o último dos eixos mencionados, cabe dizer que as alegações para uma distribuição mais justa do trabalho de cuidados no centro dos lares, além de seguir marcando a responsabilidade sobre os cuidados no âmbito privado, desprovendo-o de seu caráter global, mostram seu alcance (muito) limitado, em um contexto

²⁰ Essa cooptação pode continuar até limites insuspeitos, como mostra Hyman (1993) em sua análise do estudo de Gareth Morgan “Diminuindo a miséria – um estudo preliminar da capacidade dos neozelandeses de absorver recortes nos salários reais”. Esse autor recolhe os esforços feministas para valorizar os trabalhos não remunerados mediante sua contabilização monetária e, de aí, tira suas conclusões: que as pessoas ganhadoras de segundos salários nas famílias – um eufemismo para falar das mulheres – podem ser mais produtivas no lar e poderia ser mais racional que voltassem a se dedicar completamente a ele, e que se deve incentivar a eficiência na produção doméstica, para a qual é conveniente diminuir prestações sociais.

no qual encarregar-se de semelhante trabalho é um fator de vulnerabilidade social e de perda de qualidade de vida, e no qual as relações de gênero de poder, mais que desmanchar-se, mudam de forma.

4.2. Uma aposta pela cidadania

O acesso à plena cidadania de todas as pessoas não é possível nos atuais limites do sistema, portanto, precisa-se de uma transformação estrutural. Nas palavras de Dalla Costa:

A questão da reprodução humana colocada pelo rechaço das mulheres à procriação está se convertendo na reivindicação de outro tipo de desenvolvimento, e busca horizontes totalmente novos. O conceito de bem-estar não é suficiente. A reivindicação é agora a felicidade. A reivindicação é a formulação de um desenvolvimento que permita a satisfação das necessidades básicas sobre cuja supressão surgiu e cresceu o capitalismo (2004: 6-7).

Como argumentamos, a mesma ideia de cidadania própria do Estado de bem-estar liberal-democrático conformado desde a pós-guerra está construído sobre dois eixos-chave. Por um lado, se institui sobre a figura do sujeito fetiche do Iluminismo, o homem branco heterossexual, ocidental, burguês, sem deficiência – o BBVA, nas palavras de Capellín: branco, burguês, homem, adulto²¹ –, que encarna o ideal de autonomia. Por outro lado, é a forma de reconhecer os sujeitos numa sociedade que situa os mercados no centro e, portanto, nega a existência de uma responsabilidade social para com a sustentabilidade da vida, o que requer a existência de trabalhos e agentes sociais invisíveis para a permanência do sistema.

Lewis destaca esses dois aspectos na noção de cidadania que propõe Alfred Marshall: fala, por um lado, da “tensão entre os direitos de cidadania e a necessidade da economia de livre mercado” e, por

²¹ Maria José Capellín, em sua participação no seminário de lançamento da campanha organizada por coletivos de mulheres e sindicatos por uma Lei Basca de Atenção à Dependência, Bilbo, 13 de maio de 2005.

outro lado, da “desigualdade e exclusão [resultante] de situar uma figura normativa no centro de sua ideia de cidadania, que, podemos compreender, ainda que ele nunca o defina especificamente, é o homem branco, sem deficiência, e ganhador do pão” (1998: 109-116).

O profundo viés estrutural dessa noção de cidadania²² levou ao lançamento da proposta alternativa da cidadania, que não versa sobre uma nova “definição de um status para os sujeitos a partir da posse de direitos, mas sim, diretamente da possibilidade e da necessidade de levar a cabo determinadas práticas [...], e de construir novas formas de vida social e política” (Precárias à deriva, 2005b). A cidadania seria a forma de se auto-reconhecer os sujeitos em uma sociedade que ponha o cuidado da vida no centro; em um sistema socioeconômico no qual, partindo do reconhecimento de sua interdependência, os sujeitos sejam agentes ativos na criação das condições para que todas as pessoas se insiram em redes de cuidados e de sustentabilidade da vida livremente escolhidas.

Mas, além do que se pode entender como um simples jogo de palavras, há elementos básicos dessa proposta que remetem diretamente a aspectos abordados neste texto: a aposta por substituir a lógica androcêntrica de acumulação por uma lógica ecológica do cuidado, e por trocar o perverso ideal de autonomia por um reconhecimento da interdependência social. Desde aí, se trataria talvez de defender velhos direitos (revisados) e inventar novos, sem considerar as pessoas como receptoras passivas, mas sim como “sujeitos responsáveis de uma sociedade não hierárquica que aposte por colocar a vida no centro” (Junco et al., 2004).

Na busca de semelhante transformação estrutural, aparece a questão urgente: como combinar a luta contra a lógica androcêntrica

²² As revisões da noção de cidadania desde a ótica dos cuidados são várias. Uma ampla variedade de textos são as propostas do congresso Sare, organizado por Emakunde no ano de 2004 (disponíveis em www.sare-emakunde.com/pags/programaGeneral.asp). Outro caso é o modelo proposto por Nancy Fraser e marcado nas diretivas do discurso da conciliação: “Um estado de bem-estar cuidador Universal proporcionaria a igualdade de gênero mediante o desmantelamento efetivo de toda a oposição generalizada entre ganhar o pão e cuidar. Integraria atividades que atualmente estão separadas entre si, eliminaria seu código de gênero e incentivaria os homens a realizá-las” (1997: 61).

de acumulação com a exigência de reivindicações estratégicas que impliquem em melhoras imediatas para setores da população em situações de precariedade vital? Ou seja, propostas como as do discurso da conciliação que acabamos de questionar podem implicar em uma melhora direta e insubstituível da qualidade de vida. O desafio – ou um dos desafios – reside em decidir quais são as reivindicações que é preciso fazer já, e como convertê-las em plataforma de mudança estrutural, evitando que sejam cooptadas e utilizadas para reforçar o sistema que buscamos colapsar.

Para poder avançar nessa dupla direção das melhoras imediatas e da transformação estrutural, é imprescindível o duplo diálogo teórico e político. Em nível teórico, resulta central avançar na elaboração conceitual e metodológica que permita que, pouco a pouco, nos desliguemos do marco analítico centrado nos mercados, típico dos enfoques androcêntricos, e colocar, em seu lugar, a sustentabilidade da vida. Isso é uma chamada urgente ao diálogo entre a economia feminista e outros ramos do pensamento econômico crítico, os quais não podem seguir tendo um desenvolvimento paralelo que situe em planos não sobrepostos diferentes questões, como a crítica ao emprego precário e a análise da divisão intrafamiliar dos trabalhos. Mas também é necessário o diálogo político.

No feminismo, um plano de debate radical é o que nos situa frente as diferenças entre as próprias mulheres. Cabe-nos aplicar as mesmas palavras que dirigia Lorde às acadêmicas estadunidenses há duas décadas:

Se a teoria feminista branca americana não precisa lidar com as diferenças entre nós e as consequentes diferenças entre nossas opressões, então, como afrontam o fato das mulheres que limpam as suas casas e atendem às suas crianças enquanto vocês assistem a conferência sobre teoria feminista serem, em sua maior parte, mulheres pobres e mulheres negras? (1984: 91)

Reconhecendo-se que há relações de poder entre mulheres e que “a questão não é saber quem somos, mas sim, por fim, em que queremos nos converter” (Braidotti, 2002), aparece o transtorno de construir um “nós”. “Nós” esse que compreenda o papel estratégico do gênero na ordenação do contínuo sexo-atenção-cuidados, mas

também que compreenda as diferenças entre mulheres em sua divisão.

O feminismo também enfrenta a pergunta: como criar alianças com outros movimentos sociais e políticos contrários à lógica do capital ou à lógica de exploração da natureza sem que as questões da desigualdade de gênero se diluam pelo caminho? Além de estabelecer alianças com outros movimentos que questionam as construções de gênero e sexo das identidades sociais (por exemplo, o movimento LGBT), destacando o papel que ocupam as estruturas socioeconômicas. Múltiplas frentes de debate teórico e político estão abertas, e a reorganização do sistema econômico que estamos presenciando, a qual, neste texto, demos o nome de crise dos cuidados, supõe um momento chave para abordá-los.

5. Retomando ideias: o debate desde novas coordenadas

Este texto pretendeu argumentar a necessidade de mudar o eixo analítico desde os processos de acumulação de capital para a sustentabilidade da vida, e de criar as novas vias de exploração teórica e política que, desde aí, abrem-se: a busca por novos conceitos e métodos que revisem, entre outras, as noções de trabalho e de autonomia dos agentes econômicos, e que introduzam as dimensões afetivo-relacional e corporal-sexual; a integração da crítica a fenômenos que normalmente se compreendem de forma isolada, ou a concessão de uma dimensão estrutural a processos que costumam ser entendidos como meros desajustes conjunturais.

A metáfora do sistema socioeconômico como um iceberg ilustra a essência hierárquica de uma estrutura instituída sobre um profundo conflito entre o capital e a sustentabilidade da vida, na qual o gênero é um eixo crucial de estruturação que, contudo, não permite falar de uma experiência homogênea de todas as mulheres. Os cuidados são um lugar privilegiado para analisar a dinâmica das desigualdades de gênero, entendendo que o gênero é uma marca de subordinação qualificada por outras variáveis, para falar, portanto, de uma dinâmica social do poder e para tratar de construir um sujeito coletivo da ação política que, de forma central, lide com as diferenças hierárquicas em seu interior. Os cuidados são um ponto

estratégico a partir do qual é possível questionar a perversidade de um sistema econômico que nega a responsabilidade social na sustentabilidade da vida, e cuja manutenção precisa da exclusão e da invisibilidade – heterogênea e multidimensional – de múltiplos coletivos sociais.

Estamos assistindo a uma crise dessa estrutura, em um momento de reordenamento social dos trabalhos. No reajuste, fazem-se visíveis muitos fatores que podem levar-nos a criticar muito mais que a situação de estresse das mulheres e sua dupla jornada, discutindo sobre quais são os interesses sociais priorizados e sua relação com as desigualdades sociais mais terríveis, como a pobreza e a precarização – que, além disso, afirmamos que estão se feminizando, e perguntamos o que é feminizar-se, se já não acreditamos em um sujeito feminino unitário –, e com a regulação íntima de, por exemplo, nossos desejos, nossos modelos de vida, nossas sexualidades.

Falar das responsabilidades femininas nos cuidados – da presença-ausente feminina à dupla presença/ausência das mulheres e a tripla ausência do Estado, os mercados e o coletivo masculino – pode nos levar a questionar, desde o contínuo sexo-atenção-cuidados, o conjunto da estrutura socioeconômica e os conflitos e desigualdades sociais dos quais se vale para continuar. Fazer isso provavelmente não será fácil, entre outras coisas, porque supõe questionar qual papel ocupamos, homens e mulheres, em seme-lhante trama, qual a nossa localização no iceberg e, quiçá, a resposta não seja fácil de assumir. Falar de cuidados nos situa sobre uma tensão conceitual (entre a tentativa de descentrar os mercados do discurso, ao mesmo tempo em que analisamos os processos pelos quais se colocam no epicentro da organização social) e política – a tensão de buscar uma transformação estrutural, ao mesmo tempo em que reivindicamos estratégias dentro do próprio sistema.

A crise atual abre possibilidades, ao mesmo tempo em que carrega consigo o risco de resolver o conflito de forma perversa. Para tentar evitá-lo, um intenso e franco diálogo – que não doutrinação ou solilóquio – entre a multiplicidade de vozes que questionam a ordem socioeconômica vigente é imprescindível.

Referências bibliográficas

BACCHI, Carol; BEASLEY, Chris. “Moving Beyond Care and/or Trust: An Ethic of Social Flesh”, Australasian Political Studies Association Conference, 2004.

BEASLEY, Chris. *Sexual Economyths: Conceiving a Feminist Economics*. Singapore: St. Martin's Press, 1994.

BETTIO, Francesca; PLANTENGA, Janneke. “Comparing Care Regimes in Europe”, *Feminist Economics*, 10 (1), págs. 85-114, 2004.

BIMBI, Franca. “La doppia presenza: fattori strutturali e processi sociali nella diffusione di un modello complesso di lavoro femminile dalle economie centrali a quelle periferiche” In Pacifico, Mariella (org.). *Lavoro produttivo, lavoro riproduttivo. Contributi sulla divisione sessuale del lavoro*. Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane, 1989.

BORDERÍAS, Cristina. *Evolución de la división sexual del trabajo. Barcelona 1924-1980*. La CTNE, Tesis doctoral, Universidad de Barcelona, 1984.

_____. *Entre Líneas. Trabajo e identidad femenina en la España Contemporánea*. CTNE, 1924-1980. Barcelona: Icaria, 1993.

BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina. “Las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas”, en Borderías et al. (orgs.) *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*. Barcelona: Icaria, 1994.

BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carmen (Orgs.) *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*. Barcelona: Icaria, 1994.

BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina; GRAU, Elena. “Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo” In: Tello, Enric. *La historia cuenta, El Viejo Topo*, 2005.

BRAIDOTTI, Rosi. “Identity, subjectivity and difference: a critical genealogy” In Griffin, Gabrielle; Braidotti, Rosi (orgs.) *Thinking Differently: A Reader in European Women’s Studies*. Londres e NY: Zed Books, 2002.

CAMERON, Jenny; GIBSON-GRAHAM, J. K. “Feminizing the economy: metaphors, strategies, politics”, *Gender, Place and Culture*, 2003.

CARRASCO, Cristina. “La sostenibilidad de la vida humana: un asunto de mujeres?”, In: León, Magdalena (org.) *Mujeres y trabajo: cambios impostergables*. Porto Alegre, 2001a.

CARRASCO, Cristina (org.). *Tiempos, trabajos y géneros*, Barcelona: Universitat de Barcelona, 2001b.

CARRASCO, Cristina; MAYORDOMO, Maribel;

DOMÍNGUEZ, Màrius; ALABART, Anna. *Trabajo con mirada de mujer. Propuesta de una encuesta de población activa no androcéntrica*, CES, Madrid, 2004.

CARRASCO, Cristina; RODRÍGUEZ, Arantxa. “Women, Families and Work in Spain: Structural Changes and New Demands”, *Feminist Economics*, 6 (1), págs. 45-57, 2000.

COLECTIVO IOÉ ET AL. *Cuidados en la vejez: El apoyo informal*. Madrid Instituto Nacional de Servicios Sociales, 1995.

COLECTIVO IOÉ. *Mujer, inmigración y trabajo*, Madrid: Instituto de Migraciones y Servicios Sociales, 2001.

COLECTIVO IOÉ e CIMOP. Discapacidad y trabajo en España: Estudio de los procesos de inclusión y exclusión social de las personas con discapacidad. MTAS, Instituto de Migraciones y Servicios Sociales, 2008.

DALLA COSTA, Mariarosa. "Capitalism and reproduction", *The Commoner*, 8, 2004.

DI STEFANO, Christine. "Masculine Marx" In Shanley, M. Lyndon y Pateman, Carole (eds.) *Feminist Interpretation and Political Theory*, Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1991.

DURÁN, M. Ángeles. *Los costes invisibles de la enfermedad*, Bilbao: Fundación BBV, 2000.

_____ "El análisis de exhaustividad de la economía española" In Carrasco (ed.) (2001b), págs. 41-55

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge: Polity Press, 1990.

FEMINISMO Y CAMBIO SOCIAL, Grupo de estudio. "Trabajos, afecto y vida cotidiana" In Asamblea de Mujeres de Córdoba Yerbabuena (ed.) (2001): Jornadas 'Feminismo es... y será': ponencias, mesas redondas y exposiciones, Córdoba: Universidad de Córdoba, 2001.

FLORO, Maria Sagrario. "Women's well-being, poverty and work intensity", *Feminist Economics*, 1 (3), págs. 1-25, 1995.

FOLBRE, Nancy. "'Holding Hands at Midnight': The Paradox of Caring Labour", *Feminist Economics*, 1(1), págs. 73-92.

FRASER, Nancy. "After the family wage: a postindustrial thought experiment", In Fraser, Nancy (ed.) *Justice Interruptus: Critical Reflections on the 'Postsocialist' Condition*. NY: Routledge, 1997.

GLUCKMAN, Amy; REED, Betsy (orgs.) *Homo Economics: Capitalism, Community and Lesbian and Gay Life*, NY e Londres: Routledge, 1997.

HARRINGTON MEYER, Madonna (ed.) *Care Work. Gender, Labour and the Welfare State*. Londres e NY: Routledge, 2000.

HARTMANN, Heidi; FOLBRE, Nancy “La retórica del interés personal. Ideología y género en la teoría económica” en Carrasco, Cristina (ed.) *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*, Barcelona: Icaria, 1999.

HERNES, Helga M. *El poder de las mujeres y el Estado del Bienestar*. Madrid: Vindicación Feminista, 1990.

HEWITSON, Gillian J. *Feminist Economics: Interrogating the Masculinity of Rational Economic Man*, Northampton: Edward Elgar Pub, 1999.

_____ “Domestic Labour, Neoclassical Economics and Gender Identity”, Discussion Paper Series A 02.01, School of Business: La Trobe University, 2002.

HILLYER, Barbara. *Feminism and Disability*, Norman, Londres: University of Oklahoma Press, 1993.

HIMMELWEIT, Susan. “The Discovery of ‘Unpaid Work’: The Social Consequences of the Expansion of Work”, *Feminist Economics*, 1(2), págs. 1-19, 1995.

_____ “Domestic Labour” In Peterson, Janice; Lewis, Margaret (eds.) *The Elgar Companion to Feminist Economics*. Cheltenham e Northampton: Edward Elgar Pub, 1999.

_____ Alternative rationalities, or why do economists become parents? *Open Discussion Papers in Economics*, 28, 2000.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. “Las cadenas mundiales de afecto y asistencia y la plusvalía emocional” In Giddens, Anthony y Hutton, Will (eds.) *En el límite: La vida en el capitalismo global*, Tusquets, 2001.

HYMAN, Prue “Mitigating Misery – How to Co-opt and Twist Feminist Arguments”, *Broadsheet*, 197, págs. 26-30, 2003.

IZQUIERDO, María Jesús. *El malestar en la desigualdad*, Barcelona: Cátedra, 1998.

_____ “Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización: Hacia una política democrática del cuidado”, *Cuidar cuesta: costes y beneficios del cuidado*, Donostia: Emakunde, 12 y 13 de Octubre de 2003.

JULIANO, DOLORES. *La prostitución: el espejo oscuro*, Barcelona: Icaria, 2002.

JUNCO, Carolina; PÉREZ OROZCO, Amaia; RÍO, Sira del. “Hacia un derecho universal de ciudadanía (sí, de ciudadanía)”, *Mimeo*, 2004.

KUIPER, Edith “The Construction of Masculine Identity in Adam Smith’s Theory of Moral Sentiments”, en Barker, Drucilla K. y Kuiper, Edith (eds.), *Toward a Feminist Philosophy of Economics*, Routledge, 2003.

LAROSA, Emilio. *Santé, précarité et exclusion*, Presses Universitaires de France, 1998.

LEWIS, Gail. “Citizenship”, In Gordon, Hughes e Lewis, Gail (eds.) *Unsettling Welfare: the Reconstruction of the Social Body*, Londres: Routledge, 1998.

LORDE, Audre “The Master’s Tools Will Never Dismantle the

Master's House" In Bhavnani, Kum-Kum (ed.) *Feminism and "Race"*, Oxford e NY: Oxford University Press, 2001a.

MALO, Marta. "Feminización del trabajo", *Contrapoder*, 4-5, 2001.

MATTHAEI, Julie. "Why Feminist, Marxist and Anti-Racist Economists Should Be Feminist-Marxist-Antiracist Economists", *Feminist Economics*, 2 (1), págs. 22-42, 1996.

MCLAUGHLIM, E; GLENDINNING, C. "Paying for Care In Europe: Is There a Feminist Approach?", In L. Hantrais y S. Mangen (eds.), *Family Policy and the Welfare Women*, Cross National Research Papers, University of Loughborough, 1994.

MCMAHON, Anthony. *Taking Care of Men: Sexual Politics in the Public Mind*, Cambridge : Cambridge University Press, 1999.

MURILLO, Soledad. *El mito de la vida privada. De la entrega al tiempo propio*, Madrid: Siglo XXI, 1996.

NELSON, Julie. "Once More, With Feeling: Feminist Economics and the Ontological Question", *Feminist Economics*, 9 (1), págs. 109-18, 2003.

OECD. *The future of female-dominated occupations*, OECD, 1998.

PATEMAN, Carole (1998). *El contrato sexual*, Anthropos, Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa Barcelona, México, 1995.

PICCHIO DEL MERCATO, Antonella (1992): "El trabajo de reproducción, tema central en el análisis del mercado laboral" en Borderías et al. (comps.) (1994), págs. 451-502

PRECARIAS A LA DERIVA. A la deriva por los circuitos de la

precariedad femenina, Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

_____ “Una huelga de mucho cuidado: cuatro hipótesis”, Archipiélago. Cuadernos de Crítica de la Cultura, 2005a.

_____ “De la precarización de la existencia a la huelga de cuidados”, In Vara, M. Jesús (ed.) Estudios sobre género y economía. Madrid: Akal, 2005b.

RÍO, Sira del; PÉREZ OROZCO, Amaia. “Una visión feminista de la precariedad desde los cuidados”, IX Jornadas de Economía Crítica, UCM, 25- 27 de marzo, 2004.

ROBEYNS, Ingrid. “Is There A Feminist Economics Methodology?”, 2000. Disponible em: www.ingridrobyns.nl/Downloads/method.pdf

RODRÍGUEZ, Arantxa; LARRAÑAGA, Mertxe. “El trabajo de las mujeres: claves para entender la desigualdad laboral”, Formación y Acreditación en Consultoría para la Igualdad de Mujeres y Hombres, 2003.

SALAZAR PARRENAS, Rhacel. *Servants of Globalization: Women, Migration and Domestic Work*, Stanford University Press, 2001.

STARK, Agneta. “Warm Hands in Cold Age – On the Need of a New World Order of Care”, *Feminist Economics*, 11 (2), págs. 7-36, 2005.

STARK, Agneta; REGNÉR, Asa. In *Whose Hands? Work, Gender, Ageing and Care in Three European Countries*, Tema Genus, Report No. 2, 2002.

STONE, Deborah. “Caring by the Book” In Harrington Meyer (ed.) (2000), págs. 89-112

TOBÍO SOLER, Constanza. “Conciliación o contradicción:

Cómo hacen las madres trabajadoras” en Consejo de la Mujer de la Comunidad de Madrid (ed.). *Conciliar la vida. Tiempos y servicios para la igualdad*, Madrid: Dirección General de la Mujer, 2002.

TRAUSTADOTTIR, Rannveig. “Women with Disabilities: Issues, Resources, Connections Revised”, Syracuse University, atualizado por Perri Harris, Junho de 1997, <http://soeweb.syr.edu/thechp/women.htm>

_____ “Rejected Carers: Gender, Caring and Marginalization”, *Carework: Research, Theory and Advocacy*, Howard University, Washington, D. C., 11 de Agosto de 2000.

TUOMINEN, Mary. “The Conflicts of Caring. Gender, Race, Ethnicity and Individualism in Family Child-Care Work” In Harrington Meyer (ed.) (2000), págs. 112-35

VEGA, Cristina. “‘Domesticación’ del trabajo: trabajos, afectos y vida cotidiana”, 2000, disponível em <http://www.sindominio.net/karakola/domesticacion.htm>

VILLOTA, Paloma de (ed.). *La política económica desde una perspectiva de género. La individualización de los derechos sociales y fiscales en la Unión Europea*, Madrid: Alianza, 2000.

VV.AA. (2004): *Hogares, cuidados y fronteras... derechos de las mujeres inmigrantes y conciliación*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

WOOD, Cynthia. “The First World / Third Party Criterion, A Feminist Critique of Production Boundaries in Economics”, *Feminist Economics*, 3 (3), págs. 47-68, 1997.

WYSCHOGROD, Edith. “Towards a Postmodern Ethics: Corporeality and Alterity” In Wyschogrod, Edith; McKenny, Gerald P. (eds.) *The Ethical*, Oxford: Blackwell Publishing, Oxford, 2003.

AUTORAS E ORGANIZADORAS

Antonella Picchio é professora de Economia Política da Universidade de Módena, na Itália, tem mestrado em Economia pela Utah State University (EUA) e pela University of York (GB), e é PhD pela Faculty of Economics and Politics, Cambridge (GB). Atuou como conselheira consultiva do Journal of Human Development (PNUD) e como membro do Conselho de Economia Feminista no Routledge, Cambridge University Press. Entre suas principais publicações estão *Social Reproduction: the political economy of the labour market* (Cambridge University Press), *Condiciones de vida: perspectivas, análisis económico y políticas públicas* (Revista de Economía Crítica) e *Vulnerable bodies, total work and caring relationships: a new economic perspective - Gender Inequalities, Households and the Production of Well-Being in Modern Europe*.

Alicia H. Puleo é doutora em Filosofia e professora de Filosofia Moral e Política na Universidade de Valladolid, na Espanha. É membro do Conselho do Departamento de Estudos de Gênero desta universidade e do Conselho do Instituto de Pesquisas Feministas da Universidade Complutense de Madrid. Autora de vários livros, sendo o último publicado *Ecofeminismo para otro mundo posible* (ed. Cátedra, 2011). Atualmente é coordenadora do projeto de pesquisa I+D *La Igualdad de Gênero en la Cultura de Sustentabilidad*.

Amaia Pérez Orozco, é economista, doutora em economia internacional e desenvolvimento pela Universidade Complutense de Madrid. Trabalha temas de economia feminista tanto profissionalmente (pesquisa e docência) como enquanto ativista. Participa em diversos movimentos sociais e, especialmente, nos feminismos. Entre suas primeiras publicações está *Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados* (Consejo Económico y Social, 2006) e, entre as mais recentes, *Crisis multidimensional y sostenibilidad de la vida*. (*Investigaciones feministas vol 2*, 2011)

Nalu Faria é psicóloga, com especialização em Psicodrama Pedagógico (Getep) e em Psicologia Institucional (Sedes Sapientiae). Atua na SOF desde 1986, onde desenvolve atividades de assessoria, articulação e formação feminista. Coordenou várias publicações da SOF, como o boletim Mulher e Saúde (1993 a 2002), a Coleção Cadernos Sempreviva (14 livros desde 1997) e o boletim Folha Feminista (desde 1999). Com Sonia Alvarez e Miriam Nobre, organizou o dossiê “Feminismos no Fórum Social Mundial”, para a Revista Estudos Feministas (2003). É autora de vários artigos sobre o movimento de mulheres, entre eles “O feminismo latinoamericano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo” e “Mulheres rurais na economia solidária”. Integra a Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e a coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Renata Moreno integra a equipe técnica da SOF desde 2005. É socióloga, mestranda em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. Assessorou a coordenação regional da Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) entre 2005 e 2009. É coautora do caderno Feminismo e Integração da América Latina e do Caribe e coorganizadora de Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres, publicados pela SOF em 2007 e 2010. Integra a Rede Economia e Feminismo (REF) e a coordenação nacional da Marcha Mundial de Mulheres (MMM).

CONHEÇA A SOF

A SOF Sempreviva Organização Feminista contribui para consolidar um movimento feminista forjado nas lutas populares, que atua na conjuntura, gerando e alimentando alternativas à ordem neoliberal.

A SOF realiza atividades de formação, de construção do conhecimento, de fortalecimento de articulações, além de publicações. Apóia e assessora organizações de mulheres, movimentos sociais, ONGs e órgãos de governo. E também faz parte do movimento de mulheres, no Brasil, e da REMTE (Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia) e da Marcha Mundial das Mulheres, no âmbito internacional.

Publicações

Folha Feminista. Boletim mensal, 66 números editados. O movimento feminista e a situação das mulheres no Brasil e no mundo.

Gênero e Desigualdade (1997, 52 p.). Primeiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 52 p., editado em 1997. Aborda a construção das relações sociais de gênero e sua dinâmica. (Esgotado)

Gênero e Agricultura Familiar (1998, 68 p.). Segundo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Analisa a dinâmica das relações de gênero na agricultura familiar e o tratamento dado ao tema pelos movimentos sociais. (Esgotado)

Saúde das Trabalhadoras (1998, 80 p.). Terceiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos. Enfoca a situação das trabalhadoras e a forma como se inserem no mercado de trabalho, considerando sobretudo a maternidade e as limitações impostas aos seus projetos profissionais.

Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998, 60 p.). Quarto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. É composto de três textos que analisam a construção histórica da sexualidade, propondo uma visão crítica do modelo dominante e apontando elementos e condições que permitirão, a homens e mulheres, viver uma sexualidade mais livre e menos definida pelo gênero.

Gênero e Educação (1999, 76 p.). Quinto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Seus textos tratam das políticas educacionais, indagam sobre o papel da escola na construção de identidades de gênero e

discutem experiências na implantação de programas de consciência de gênero e educação sexual.

O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999, 120 p.). Sexto volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. O trabalho das mulheres no contexto da hegemonia do neoliberalismo é o enfoque deste Caderno, mediante análises sobre a globalização, o trabalho doméstico e estudos de caso no universo urbano e rural.

Mulheres, Corpo e Saúde (2000, 72 p.). Sétimo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Saúde e Direitos Reprodutivos. Debate as relações entre as atuais estratégias de controle do corpo das mulheres e a fragmentação da saúde.

Gênero nas Políticas Públicas (2000, 104 p.). Oitavo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Focaliza essencialmente as relações entre o feminismo e o Estado, abordando o contexto sócio-político das políticas públicas de gênero.

Economia Feminista (2002, 103 p.). Nono volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Apresenta os paradigmas da teoria econômica e introduz a experiências concretas das mulheres, mostrando como o modo de as pessoas operarem no mercado não é unicamente racional e autônomo, mas marcado por desigualdades, normas culturais preconceituosas e relações de opressão e exploração.

A Produção do Viver (2003, 104 p.). Décimo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Este Caderno segue apresentando os pressupostos da teoria econômica feminista, tendo desta vez como centro a reprodução e a sustentabilidade da vida humana. Na reflexão sobre as práticas econômicas das mulheres, traz artigos sobre as políticas de alimentação e a economia solidária.

Construir la igualdad (2003, 74 p.). Debates feministas no Fórum Social Mundial. Co-editado com a REF, a REMTE e a Marcha Mundial das Mulheres, este Caderno apresenta as intervenções de militantes da REMTE e da Marcha Mundial das Mulheres em painéis e conferências realizadas no Fórum Social Mundial de 2003, documento preparatório e uma síntese do seminário “Alternativas feministas para outra economia”.

Feminismo e a luta das mulheres – análises e debates (2005, 67 p.). Este livro reúne seis artigos elaborados por técnicas da SOF sobre temas de atuação da organização, como gênero nas políticas públicas, exclusão das mulheres na América Latina, direito ao corpo, o combate à violência sexista, as mulheres na agricultura familiar e na luta contra os transgênicos, e uma recuperação da história do 8 de março.

Um futuro sem violência (2005, 23 p.). Cartilha co-editada com a Omir (Organização de Mulheres Indígenas de Roraima), apresenta a discussão realizada pelas mulheres dessa organização para compreender e traçar estratégias de enfrentamento à violência sexista nas comunidades indígenas e na relação com a sociedade nacional. (Esgotada)

Mulheres em luta por uma vida sem violência (2005, 28 p.). Esta cartilha é um material de apoio para pessoas que querem debater e enfrentar a violência contra as mulheres. Uma importante referência são as ações realizadas pelas trabalhadoras rurais para compreender e superar este problema.

Agricultura na sociedade de mercado: As mulheres dizem não à tirania do livre comércio (2006, 48 p.) Co-editado com a REF, a REMTE e a Marcha Mundial das Mulheres, este caderno percorre os acúmulos das mulheres na luta contra o livre comércio e por soberania alimentar.

Caminhos para a igualdade de gênero entre indígenas e quilombolas (2006, 44 p.). Este caderno resgata a experiência do trabalho de formação da SOF com organizações indígenas e quilombolas entre 2003 e 2006.

Formação com mulheres rurais – Estratégia para efetivação de políticas públicas de gênero no campo (2006, 192 p.) Esta publicação apresenta os resultados do trabalho de formação com mulheres rurais desenvolvido no convênio da SOF com o PPIGRE do MDA entre dezembro de 2004 e dezembro de 2006.

Desafios do livre mercado para o feminismo (2005, 72 p.). Décimo primeiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania. Traz artigos sobre as perspectivas do feminismo latino-americano e caribenho e a prostituição.

Feminismo e Integração da América Latina e do Caribe (2007, 36 p.) Co-editado com a REF, a REMTE e a Marcha Mundial das Mulheres, apresenta o debate sobre integração regional, analisa criticamente a trajetória do movimento de mulheres na formulação de propostas de políticas e aponta os eixos que o feminismo coloca para que as alternativas de integração gerem igualdade.

Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado (2007, 96 p.) Décimo segundo volume da Coleção Cadernos Sempreviva, primeiro da Série Economia e Feminismo. Traz artigos sobre a divisão sexual do trabalho e a mercantilização do corpo e da vida das mulheres.

Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana (2008, 132 p.). Este livro é resultado das reflexões e debates coletivos que a SOF impulsiona, a partir da perspectiva teórica da economia feminista.

As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres (2010, 105 p.). Publicado pela SOF em conjunto com a editora Expressão Popular, o livro de Ana Isabel Álvarez González, traduzido do espanhol, apresenta as motivações e desvenda os mitos e os fatos que deram origem ao 8 de março. A publicação, em 2010, marca o centenário do dia internacional das mulheres.

Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres (2010, 80 p.). Décimo terceiro volume da Coleção Cadernos Sempreviva, segundo da Série Economia e Feminismo. Reúne 3 artigos que debatem a questão do trabalho doméstico e de cuidados, na perspectiva de contribuir para a reflexão e propostas de políticas públicas que incidam na construção da autonomia econômica das mulheres.

Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres (2012, 36 p.). Este caderno de textos, publicado pela SOF em colaboração com a Marcha Mundial das Mulheres e a Rede Economia e Feminismo, apresenta uma sistematização da perspectiva feminista sobre as lutas por transformação social, além de textos que contribuem para a reflexão e proposição de políticas públicas de igualdade e autonomia econômica. Traz, ainda, um conjunto de fotos que ilustram a atuação do feminismo construído pela Marcha Mundial das Mulheres.

Estatística sob suspeita: Proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres (2012, 160 p.) Este livro contém a tradução de um estudo realizado por Cristina Carrasco para o Instituto Catalão das Mulheres, reproduzido integralmente, que apresenta uma proposta de construção de um sistema de indicadores não androcêntricos. Com base na economia feminista, esta proposta permite avançar na compreensão das desigualdades e, assim, avançar na construção de políticas de igualdade entre homens e mulheres.

Vídeos e DVDs

Gênero, mentiras e videoteipe (1996, 20 min., dir. de Lucila Meirelles). De maneira descontraída e bem-humorada, procura mostrar como as pessoas são educadas para serem homem ou mulher. Produção da SOF, Instituto Cajamar e TV dos Trabalhadores, com apoio da Croccevia.

Lançamento da Carta das Mulheres para a Humanidade (2005, 10 min, dir.da equipe técnica da SOF, co-produzido com a Marcha Mundial das Mulheres). DVD que mostra a vitoriosa passeata de 8 de março de 2005, em São Paulo, quando mais de 30 mil mulheres, representando variados setores do movimento (jovens, lésbicas, trabalhadoras rurais e urbanas, sindicalistas, negras, donas de casa, categorias profissionais, mulheres de partidos políticos etc.), foram às ruas para o lançamento das ações internacionais da Marcha Mundial das Mulheres.

Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres (2010, 40 min. dir. da documentarista Aline Sasahara). O documentário mostra as mais de duas mil mulheres que, vindas de todos os estados do Brasil, realizaram a caminhada entre as cidades de Campinas e São Paulo, de 8 a 18 de março de 2010. Fazem parte do vídeo, a marcha, a formação, a infra-estrutura, o funcionamento das equipes, a batucada, os movimentos parceiros e muito outros momentos dessa Ação que marcou profundamente não só a vida das caminhantes, mas a história do movimento feminista brasileiro e mundial.

Mulheres invisíveis (2010, 15 min.) O documentário aborda as bases da opressão das mulheres, a partir da apresentação de conceitos chave para a perspectiva feminista com a qual a SOF atua, tais como a divisão sexual do trabalho e a economia feminista.

Outros materiais

A SOF produz folhetos, cartazes e outros materiais de campanhas específicas.

Informações, assinaturas e pedidos
Tel/fax: (011) 3819 3876 ou por carta à
SOF Sempreviva Organização Feminista
Rua Ministro Costa e Silva, 36 – Pinheiros
CEP 05417-080 – São Paulo – SP – Brasil
Correio eletrônico: sof@sof.org.br
<http://www.sof.org.br>

